



PPSS PROGRAMA DE
2299 PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM
SERVIÇO SOCIAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**RELAÇÕES SOCIAIS NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO BARBOSA
REIS DE 2010 A 2012.**

ANY PATRÍCIA BORBA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Conceição Sarmento Padial Machado.

GOIÂNIA
2012

ANY PATRÍCIA BORBA

**RELAÇÕES SOCIAIS NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO BARBOSA
REIS DE 2010 A 2012.**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora, como exigência parcial do Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Conceição Sarmento Padial Machado

GOIÂNIA
2012

RELAÇÕES SOCIAIS NO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO BARBOSA REIS DE 2010 A 2012

ANY PATRICIA BORBA

Essa dissertação foi avaliada adequada para obtenção do título de mestre em Serviços Social e aprovada em sua forma parcial, pelo Programa de Pró-reitoria de Pós-Graduação e pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 28 de novembro de 2012.

Orientadora: Prof. Dr^a Maria Conceição Sarmento Padial Machado

Banca examinadora

Prof. Dr^a Eleusa Bilemjian Ribeiro

Prof. Dr^a Veralucia Pinheiro

Prof. Dr^o Darci Roldão Carvalho de Souza (Suplente)

A todos os profissionais da educação, aos estudantes da rede pública e suas famílias, que mesmo diante de tantas adversidades continuam esperando uma educação de qualidade. Em especial aos estudantes, professores e profissionais do Colégio Estadual João Barbosa Reis. Dedico também à minha família: Valtoir, Efigênia, Felipe, José Neto e Luzia, quem amo e agradeço pela presença e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do mestrado:

Eleusa Bilemjian Ribeiro,
Germano Campos Silva,
Liliana Patrícia Pereira,
Lúcia Maria Moraes,
Maria José Pereira Rocha,
Regina Sueli de Sousa,
Sandra de Faria,
Maria José de Faria Viana,

As orientadoras Dr^a Maria Conceição Sarmento Padial Machado, e Dr^a Regina Sueli de Sousa, que sem a contribuição de vocês não seria possível chegarmos à finalização deste trabalho.

A Prof. Dr^a Eleusa Bilemjian Ribeiro, Prof. Dr^a Glaucia Lelis, e Prof. Dr^a Veralucia Pinheiro pelas contribuições no momento da qualificação e defesa da dissertação, e pelo exemplo de profissional.

Aos professores e estudantes e suas famílias do Colégio Estadual João Barbosa Reis, pela contribuição desta pesquisa.

PERFEIÇÃO

Vamos celebrar
A estupidez humana
A estupidez de todas as nações
O meu país e sua corja
De assassinos
Covardes, estupradores
E ladrões...
Vamos celebrar
A estupidez do povo
Nossa polícia e televisão
Vamos celebrar nosso governo
E nosso estado que não é nação...
Celebrar a juventude sem escolas
As crianças mortas
Celebrar nossa desunião...
Vamos celebrar Eros e Thanatos
Persephone e Hades
Vamos celebrar nossa tristeza
Vamos celebrar nossa vaidade...
Vamos comemorar como idiotas
A cada fevereiro e feriado
Todos os mortos nas estradas
Os mortos por falta
De hospitais...
Vamos celebrar nossa justiça
A ganância e a difamação
Vamos celebrar os preconceitos
O voto dos analfabetos
Comemorar a água podre
E todos os impostos
Queimadas, mentiras
E seqüestros...
Nosso castelo
De cartas marcadas
O trabalho escravo
Nosso pequeno universo
Toda a hipocrisia
E toda a afetação
Todo roubo e toda indiferença
Vamos celebrar epidemias
É a festa da torcida campeã...
Vamos celebrar a fome
Não ter a quem ouvir

Não se ter a quem amar
Vamos alimentar o que é maldade
Vamos machucar o coração...
Vamos celebrar nossa bandeira
Nosso passado
De absurdos gloriosos
Tudo que é gratuito e feio
Tudo o que é normal
Vamos cantar juntos

O hino nacional
A lágrima é verdadeira
Vamos celebrar nossa saudade
Comemorar a nossa solidão...
Vamos festejar a inveja
A intolerância
A incompreensão
Vamos festejar a violência
E esquecer a nossa gente
Que trabalhou honestamente
A vida inteira
E agora não tem mais
Direito a nada...
Vamos celebrar a aberração
De toda a nossa falta
De bom senso
Nosso descaso por educação
Vamos celebrar o horror
De tudo isto
Com festa, velório e caixão
Tá tudo morto e enterrado agora
Já que também podemos celebrar
A estupidez de quem cantou
Essa canção...
Venha!
Meu coração está com pressa
Quando a esperança está dispersa
Só a verdade me liberta
Chega de maldade e ilusão
Venha!
O amor tem sempre a porta aberta
E vem chegando a primavera
Nosso futuro recomeça
Venha!
Que o que vem é Perfeição!...

Renato Russo

SUMARIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	13
1 PROCESSO EDUCACIONAL E ALGUMAS CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	13
1.1 EDUCAÇÃO EM DURKHEIM.....	17
1.2 EDUCAÇÃO FUNDAMENTADA NO PENSAMENTO VERTENTE MARXISTAS.....	20
CAPÍTULO II.....	26
2 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	26
2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO.....	26
2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA.....	28
2.3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR.....	36
2.4 EDUCAÇÃO COMO DIREITO E PRINCÍPIO DE CIDADANIA.....	38
CAPÍTULO III.....	48
RELAÇÕES SOCIAIS EDUCATIVAS E EDUCAÇÃO FORMAL.....	48
3 EDUCAÇÃO E TRABALHO CATEGORIAS ONTOLÓGICOS.....	48
3.1 COLÉGIO ESTADUAL JOÃO BARBOSA REIS: ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA SOCIAL.....	52
3.2 FAMÍLIA E ESCOLA.....	57
3.3 RELAÇÕES ESTUDANTE E PROFESSORES.....	60
3.4 REALIDADE EDUCACIONAL E SOCIAL DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO JOÃO BARBOSA REIS.....	67
CONSIDERAÇÕES.....	71
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	73
ANEXOS.....	77

SIGLA

CFE.....CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

FNE.....FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

ECA.....ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

IBGE.....INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

LDB.....LEI DIRETRIZES E BASES

MNLM.....MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

PLPP.....PROJETO LICENCIATURA PLENA PARCELADA

UEG.....UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

EJA.....EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PPP.....PROJETO POLITICO PEDAGOGICO

RESUMO

A pesquisa “Relações Sociais no Colégio Estadual João Barbosa Reis de 2010 a 2012” tem o objetivo de conhecer como são constituídas as relações sociais entre professores, estudantes e família e como as relações sociais interferem no processo educacional de crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados no Colégio Estadual João Barbosa Reis, uma escola pública de uma região periférica, de um bairro que iniciou a partir de um assentamento urbano. A discussão perpassa pelo contexto histórico, social, econômico e teórico que norteia as mudanças que aconteceram no processo educacional no Brasil desde o período colonial até a constituição de 1988 e a LDB de 1996.

Propomos a discutir as relações de trabalho e educação e como elas se organizam nas relações sociais constituídas, e quanto à vivência extraescolar interfere no processo educacional formal.

Palavras chave: educação; Política pública; relações sociais; trabalho.

ABSTRACT

The research "Social Relations in State College João Barbosa Reis from 2010 to 2012" aims to understand how social relations are formed among teachers, students and families and how social relations affect the educational process of children, adolescents, and young adults enrolled in the State College João Barbosa Reis, a public school in a peripheral region, in a neighborhood that started from an urban settlement. The discussion approaches historical context, social, and economic theory that drives changes which happened in educational process in Brazil from the colonial period to the 1988 constitution and the 1996 Education Law (LDB).

We propose to discuss the relationship of labor and education and how they are to organize constituted social relations. We also propose to debate how Out-of-School experience interferes in formal education.

Keywords: education, public policy, social relations, work.

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Relações sociais no colégio Estadual João Barbosa Reis de 2010 a 2012” tem como objetivo conhecer como são constituídas as relações sociais entre professor, estudantes e família, e como as relações sociais interferem no processo educacional de crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados no Colégio Estadual João Barbosa Reis, uma escola pública de região periférica, localizada em bairro que iniciou a partir de um assentamento urbano.

No Brasil o processo educacional teve influência europeia devido à colonização portuguesa. No processo educacional brasileiro do período de colonização havia simbiose entre educação e catequese, o qual utilizado de forma a garantir a aculturação e a religião seria o mecanismo de convencimento. (SAVIANI, 2007).

A dissertação está dividida em três capítulos. Sendo que o primeiro ilustra o movimento do processo educacional referente às bases teóricas que fomentaram a trajetória educacional no ocidente e posteriormente no Brasil.

Pretende-se demonstrar as dimensões teóricas que influenciaram a educação brasileira. O positivismo de Durkheim e a educação pensada a partir da leitura dialética de Marx e Gramsci.

No segundo capítulo pretendemos ilustrar como ocorreu o processo histórico educacional, pedagógico e legal, e as trajetórias dos movimentos sociais e populares que explicitaram as contradições existentes no processo educacional que culminaram em planos e programas educacionais até a formulação de leis específicas que asseguram a educação como direito social e posterior a Lei Diretrizes e Bases da Educação – LDB, sendo esta a última promulgada em 1996. (BRASIL, 1996)

Neste capítulo retratamos a educação brasileira desde o período do império português. Discutindo sobre as mudanças, avanços e retrocessos que aconteceram no processo educacional brasileiro, na trajetória histórica que perpassa por ditaduras até chegar ao Estado democrático de direitos, em 1988.

A partir de 1988 a educação passa a ser um direito social, sendo assim, educação passa a ser tratado como sinônimo de cidadania. Argumento que pretendemos defender, Educação como Direito e princípio de cidadania.

No terceiro capítulo a discussão está centrada nas relações de trabalho e educação em consonância com a pesquisa realizada no Colégio João Barbosa Reis, com base nos teóricos da educação Saviani (2007), Frigotto (2003), Gentili (2001), Gadotti (1988) entre outros. Neste capítulo pretendemos realizar uma ligação entre as relações sociais constituídas no espaço escolar com o processo de ensino e aprendizagem. Para tanto a discussão está direcionada à educação e trabalho como categorias ontológicas, pois a pesquisa demonstra que são interligadas, e que a dificuldade de percepção do indivíduo no processo de trabalho, a alienação, é provocada por diversos fatores entre eles foi possível identificar a dificuldade do indivíduo de permanecer no processo educacional, ou seja, a ausência da formação educacional formal contribui para a alienação na vida do trabalho.

Foram abordadas as relações da família na escola, como aspecto que delinea o possível abandono do processo educacional ou o seu sucesso. Que também pode ser desenhados pela relação do próprio estudante com os professores e demais profissionais da instituição educativa.

Esse trabalho pretende, portanto, levantar questões que possam explicitar as condições do processo educacional, pois a educação como direito social, por si só, não assegura sua eficácia e a permanência de crianças, adolescente, jovens e adultos, pois, cada sujeito tem suas especificidades às quais devem ser respeitadas, sejam, professores ou estudantes.

CAPÍTULO I

1 PROCESSO EDUCACIONAL E ALGUMAS CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A educação, na sociedade primitiva, compreendia uma relação intergeracional entre seus membros, na forma de ofício. Ocorria no interior da família ou entre pessoas com necessidade de apreender determinadas atividades ligadas à sobrevivência. O saber coletivo desenvolvido nas tribos. A partir do advento da acumulação da produção, do surgimento do capitalismo e a divisão das classes sociais, intensificou-se a sistematização do conhecimento nas instituições de ensino, nas escolas. Essas instituições são restritas a determinadas pessoas e o conhecimento passou a ser um instrumento de poder e de dominação. (DURKHEIM. 2002). Ou seja, privilégio dos segmentos mais ricos, constituindo-se em uma forma de fortalecimento do poder.

Isto é, parte da população detém os meios de produção e tem acesso à educação, enquanto crianças e adolescentes das famílias trabalhadoras devem trabalhar com o objetivo de contribuir com o sustento da família. Ocorre dessa forma maior distanciamento entre o conhecimento científico e o saber popular, esse último, propagado fora das instituições de ensino.

A história do processo educacional nas sociedades com o modo de produção capitalista, a qual neste momento estará nos apropriando da realidade histórica das sociedades ocidentais, passou por diversas leituras e desenhos, entre elas, estão àquelas ancoradas no positivismo que reconhece a educação como um instrumento para a adaptação do homem à sociedade. O método positivista da educação teve como principal teórico Durkheim (1858-1917).

Durkheim (2007, p. XX) apresenta o método positivista, a sociedade que vivenciava diversas mudanças sociais, com o intuito de dar respostas às manifestações que aconteciam na Europa do pós-guerra. O autor (2007) procurava as respostas das contradições que se apresentavam de diferentes formas e relações que, até o momento, não eram discutidas, pois a leitura realizada no período era de justificativa e explicação e não de análise da sociedade que se configurava sob o modelo capitalista, o qual estabelecia a divisão social e a exploração da mão de obra em prol da acumulação.

A sociedade buscava mecanismos para impedir que as pessoas se colocassem contra as regras sociais estabelecidas, pois, para Durkheim (2002), a sociedade tem suas regras “perfeitas” e o indivíduo deveria se adequar a elas. Fazendo uma analogia à estrutura de uma máquina, onde suas engrenagens não podem estar desajustadas, pois assim atrapalharia o desenvolvimento da sociedade/máquina.

A proposta do método positivista, em sua essência primária, busca() respostas às contradições, isso em todas as relações sociais inclusive no processo educacional. Pois as “perturbações” sociais as quais acometiam a Europa, principalmente a França, politicamente e economicamente¹, gerava movimento de revolta dos trabalhadores, o que não era aceito, pois segundo leitura durkheimiana, provocava uma anomalia social, ou seja, um incômodo nas relações sociais.

O processo educacional segundo Durkheim (1995) é um fato social. Desta forma podemos afirmar que é coercitiva, ou seja, é imposto às pessoas, independente de sua vontade por serem incapazes de reagir diante da ação educativa.

Durkheim (2002) faz uma analogia das ciências sociais com as ciências biológicas, a qual repassa as informações genéticas que caracteriza os aspectos físicos e individuais de cada ser humano, a educação para Durkheim (2002) exerce a função de transmitir as tradições e códigos às pessoas, para “adaptá-las” à convivência social.

Outra forma que se apresentava para a discussão da sociedade capitalista é a dialética, esta como base de contestação utiliza a leitura positivista. Diferente do positivismo, a dialética não busca dar respostas às contradições, e sim ilustrá-las, com intuito de romper com a alienação e exploração. A dialética abarca distintas categorias de análise como: trabalho, mais valia, exploração alienação e práxis.

Marx o principal pensador da dialética, não se dedicou a discutir sobre a educação, mas fala da relação de trabalho e da exploração da mão de obra motivo que nos levou a buscar a leitura dialética para conclusão da pesquisa.

As relações entre educação e trabalho são ontológicas, logo, as discussões que envolvem essas temáticas, permeiam as relações de ensino e aprendizagem,

¹Politicamente a França passava por uma mudança por conta do início da Terceira República e economicamente, pois iniciava a expansão do capitalismo industrial e a mudança da postura dos trabalhadores, influenciados pela tese marxista e socialista. (DURKHEIM, 2002)

pois na dialética todo o contexto social do indivíduo deve ser levado em consideração. Sendo assim, o processo educacional de forma indireta fez parte da literatura de Marx e Engels, mesmo que estes não tenham escrito diretamente sobre a educação.

Dentre os principais pensadores que discutiram o método dialético como, Hegel (1770-1831), Engels (1820-1895), Feuerbach (1804-1872) e Marx (1818-1883); destacamos Gramsci (1891-1937)² que escreveu sobre o processo educacional enquanto Marx e Engels aprofundaram seus estudos em relação à produção e reprodução da vida social por meio das relações, entre elas a relação de trabalho. Esses teóricos clássicos foram fonte para se pensar a educação em todo o mundo.

Entre os pensadores que se dedicaram a discussão sobre a dialética apenas Gramsci (1978) fala diretamente sobre o processo educacional.

No Brasil o processo educacional iniciou ainda no Brasil colônia, com o modelo teórico Europeu, que se baseava no positivismo, trazido e implantado pelos Jesuítas. O positivismo foi o método utilizado pelos religiosos. A partir de 1920 iniciou-se a discussão sobre a “educação novista” a qual estabelecia uma mudança no mecanismo de ensinar, e apregoava a escola para todas as classes sociais e etnias, porém o método de ensino não se distanciava na postura positivista. Pois o objetivo da “educação novista” era que as pessoas fossem letradas para atender o mercado que iniciava sua expansão econômica e demandava mão de obra.

Em 1930 com o avanço da industrialização e da economia nacional, a educação seguiu as necessidades socioeconômicas, de um projeto político desenvolvimentista com ideário capitalista. A elite capitalista pensa o processo educacional de forma dual, educação profissionalizante e educação superior. Profissionalizante para o trabalhador e superior para a burguesia. Outro período foi de 1930 a 1945, ocasião chamada de “Era Vargas” o qual foi dividido em dois períodos o primeiro chamado de “Estado Novo” para o qual foi eleito pelo voto indireto de 1934-1937 e o período ditatorial, chamado de ditadura Vargas de 1937-1945. Durante todo esse período, o processo educacional tinha como objetivo

² Antônio Gramsci foi um dos maiores teóricos comunistas da Europa. Um marxista que busca manter o partido Comunista e Socialista em pleno período do governo fascista na Itália, a pós a Segunda Grande Guerra. Gramsci, foi um dos poucos autores marxistas a se propor discutir sobre a cultura e o papel do intelectual na sociedade. Gramsci foi preso, onde permaneceu por dez anos. Mesmo sendo observado pelo ditador Mussolini, conseguiu produzir diversas obras, “Cartas do Cárcere” que foram publicadas após sua morte, que ocorreu logo após ter saído da prisão.

atender a demanda capitalista, com cursos profissionalizantes rápidos, criação de supletivos para diminuir o analfabetismo, com o desígnio de atender a necessidade capitalista.

No período de 1945 a 1964 o Brasil passou por mudanças políticas, a democratização, com o fim da ditadura Vargas, eleições diretas e criação de partidos políticos³. Porém não acontecem muitas mudanças na estrutura educacional.

No período Ditatório Militar (1964-1985) o processo educacional sofreu poucas alterações, pois o país continua na perspectiva do crescimento econômico e entregacionismo nacional. Não acontecem grandes avanços na política educacional.

Com a redemocratização Brasileira (1985) e a volta dos movimentos sociais e populares, reinicia uma discussão que era realizada desde a década de 1930 que trazia uma leitura sobre a educação humanizada com princípios de equidade, e se estabelece a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a nova LDB/1996.

A LDB/1996, também conhecida, como Lei Darcy Ribeiro⁴, veio atender as determinações postas pela Constituição Federativa do Brasil que previa algumas deliberações a serem seguidas sobre a política da educação no País. A LDB tramitou no senado por oito anos até ser aprovada, sancionada e promulgada sob o número 9394. (CURY,1997)

A lei que entra em vigor, tinha como premissa, direcionar os rumos da Política Nacional da Educação Brasileira, pois definia o que deveria ser aplicado e o que não era adequado para o processo educacional

Toda Lei nova carrega algum grau de esperança, mas carrega alguma forma de dor, já que nem todos os interesses nela previamente depositados puderam ser satisfeitos. Esta lei, de modo especial, registra as vozes que, de modo dominante, lhe deram vida. Mas registram, também, vozes recessivas umas abafadas outras, silenciosas tantas, todas imbricadas na complexidade de sua tramitação. Por isso a leitura da LDB não pode prescindir desta polifonia presente na Lei, polifonia nem sempre afinada, polifonia dissonante. (CURY,1997.p. 13)

Como afirma Cury, (1997) nem tudo previsto na LDB/96 foi implementado e nem o que se pensava para ser viabilizado por ela foi mencionado, porém é possível

³ Com a ditadura do Estado Novo, os partidos políticos haviam sido extintos. [...] diferentes grupos começaram a movimentar-se com o objetivo de organizar-se em partidos políticos. Um dos primeiros partidos a articular-se foi a União Democrática Nacional – UDN que surgiu do PSD [...] O Partido Trabalhista Brasileiro criado por Getúlio Vargas (SAVIANI, 2007 p.278,279).

⁴ Darcy Ribeiro, como Senador da República apresentou subsídio ao projeto que tramitava no Senado que discutia sobre a lei maior da educação.

perceber que mesmo modestas, houve mudanças estruturais no processo educacional, alguns avanços na estrutura educacional. Entre elas podemos citar que: a União deixa de ser apenas o regulador e executor, deixando margem para o Estado e os municípios e principalmente para as escolas que passam a ser autônomos em suas ações e deliberações; outro aspecto que pode ser considerado como avanço é que o processo educacional passa a ser dever do Estado; também a escola abre espaço para que a família, participe da vivência escolar; além da instituição dos métodos de avaliação e a municipalização. As mudanças previstas na LDB, ainda são discutíveis sobre a sua efetividade, como a educação a distancia, a qual não vamos aprofundar, mas, que não deixa de ser uma ponto para futuras discussões. Pois se a LDB/1996 pensada pelos intelectuais da educação e pelos movimentos sociais e populares, com o intuito de promover condições para educação de qualidade e equânime. Quando promulgada, muitas das premissas anteriormente pensadas se modificam. Uma dessas alterações esta a promoção de cursos a distancia, proposta que foge dos objetivos ponderados antes da efetivação da Lei 9394(BRASIL,1996).

A partir do ano 2000, são iniciadas novas discussões à luz da LDB/1996, com o objetivo de assegurar o processo educacional para população pobre brasileira. Criação de programa de investimento a educação superior e educação infantil, dois gargalos na proposta educacional para população pobre desse país.

Ao pensar o processo educacional sob a ótica da dialética, a proposta é desvelar as contradições provocadas pelas diferentes classes sociais. Ao debruçar sobre o processo educacional sob a leitura dialética como formação integral do indivíduo, que é membro de uma realidade social, e junto do processo educacional formal traz uma vivência social a qual se entendida pela comunidade educacional poderá ser aliado para o desenvolvimento educacional ou não.

Para uma melhor apreensão vamos dissertar sobre as leituras teóricas que nortearam o processo educacional na história da educação brasileira.

1.1 EDUCAÇÃO EM DURKHEIM

Durkheim (2002) expõe a importância atribuída à educação, considerando-a como parte reguladora dos tipos de conduta ou de pensamento, tanto externos

quanto individuais. O autor (2002) assegura que a educação é um mecanismo de prover o controle social. Afirmando que pela educação cada sociedade forma o tipo de homem que necessita baseada na preparação do indivíduo para a vida social, cultural e moral.

Seus escritos demonstram preocupação com as mudanças eminentes, as quais, segundo ele, poderiam ocorrer especificamente entre os valores sociais e a estabilidade na sociedade vigente e poderia provocar uma anomalia. Durkheim desenvolveu seus estudos e publicou suas obras na passagem do século XIX para XX, período em que a Europa vivia guerras e revoluções, e o processo de modernização.

Para a época, o debate científico proposto pelo autor ocasionou a possibilidade de ruptura com a naturalização das relações sociais não deixa de ser um avanço para o estudo da sociedade, quando essa ainda era, ignorada ou investigada por meio de métodos aplicados às ciências naturais. Assim, Durkheim teve relevância para a sociologia, como revolucionário que consolida sociologia enquanto ciência, a qual definia como ciência das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento, e os fenômenos sociais ele os denominava como *Fatos Sociais*. (Durkheim,1995)

O método positivista de Durkheim é pautado em dados empíricos que para o processo educacional se limitaria a ideia de educar de maneira que o seu objetivo seria o cerceamento e controle social. Esse pensamento estabelece a aceitação das condições impostas socialmente, e quem deixar de cumprir certas “regras” seria ferir o *dever* social, o que para Durkheim(1995) seria uma *anomia* . O método positivista tenta explicar, quando e dá respostas prontas para as relações sociais, sem levar em consideração o contexto histórico do indivíduo.

O Positivismo é um pensamento que compreende a sociedade de forma fragmentada onde os conflitos devem ser “exterminados” por meio da coerção. (Durkheim, 2002)

Sarup (1980), quando se refere ao método positivista faz uma crítica as relações sociais constituídas.

A sociedade é composta de relações instituições, e cria indivíduos que só podem conformar a determinados papéis. Os “fatos sociais” são ressaltados como “reais”, externos, independentes e coercivos. [...] as leis sociais dominam os homens com uma necessidade absoluta e tudo o que eles

podem fazer é sujeitar-se; nessa tradição, o indivíduo é passivo, adaptando-se ao ambiente (SARUP, 1980.p.102).

A aplicação de diretrizes positivistas às relações educacionais tem como proposta restrições de condutas plurais que possam provocar a desarmonia social. Neste entendimento o processo educacional pode ser visto como estrutura de mão única onde os indivíduos mais velhos da sociedade passariam as informações necessárias, aos mais jovens, sendo assim os “professores” seriam detentores de todo o conhecimento enquanto que os jovens, considerados como “espaços vazios” sem nem um tipo de conhecimento. (Durkheim,2002)

O processo educacional é uma forma de manter a estrutura onde as mesmas informações são passadas continuamente sem mudanças. Isso garante a ordem social e moral com menosprezo ao contexto histórico da sociedade, as relações sociais constituídas. Nessa concepção, a educação tem uma visão conformista e adestradora, essa forma de educação é vista como mecanismo de coerção e de dominação social. Trata-se de uma visão bem diferente da proposta crítica fundamentada nos pensadores marxistas.

A sociologia da Educação positivista acredita que seu método é neutro, mas quero dizer que mantém certas suposições não explicadas sobre a natureza do homem e da sociedade. [...] O positivismo está ligado à racionalidade técnica, a previsão e controle. Acredito que esse método, se aplicado à educação, não pode ir além de uma engenharia social estreita reformista e fragmentada (SARUP,1980.p.14).

A concepção positivista de educação é criticada, pelos adeptos da teoria dialética, por se tratar de uma análise finalista, conformista e dual. A partir dos questionamentos com cunho dialéticos de Marx e Gramsci, passa-se a criticar a forma positivista de explicar os conflitos sociais, os quais não poderiam ser explicados, pois segundo os autores, com leitura dialética, as relações sociais não são estanques.

Nessa visão método Positivista se inviabiliza, pois a sociedade apresenta particularidades que se distanciam dos padrões idealizados pela concepção capitalista que se apoia no método positivista de responder as “anomalias sociais”. Sem respostas, as quais o positivismo se propunha dar, esse método foi indagado, o que proporcionou questionamentos, razão pela qual, outros métodos de apreensão da realidade, conquistaram espaço no meio acadêmico e científico, ou seja, a

dialética se propõe a trazer e elucidar as contradições postas no sistema capitalista. Ela promove a leitura das contradições.

Contudo observa-se que o positivo não consegue dar conta das contradições formadas pela divisão social. Assim para melhor compreensão do processo educacional que foi se configurando na trajetória histórica, utilizaremos os fundamentos teóricos abordados por Marx e Gramsci no item seguinte.

1.2 EDUCAÇÃO FUNDAMENTADA NO PENSAMENTO VERTENTE MARXISTAS

No século XIX alguns pensadores, tais como, Gramsci (1891-1937), que observava a educação como processo de formação da pessoa, com capacidade crítica, passa a discutir o processo educacional como um processo de formação humana. Defende a escola como espaço diferente da que vinha sendo posta, em vez de uma educação dual, seria um processo onde não haveria diferenciação por classe social, aspecto que bate de frente com a leitura positivista, que o acredita que o indivíduo deve se conformar com a situação a qual está inserido.

Na dialética, a educação aparece como espaço contraditório, pois, segundo Marx (1998), a dialética está contida no movimento da história, ou seja, está permeada de contradições. Sendo assim, ao mesmo tempo em que as relações sociais podem ser coercitivas, também contribuem com elementos que provocam a reflexão e formação da consciência crítica do indivíduo diante da sociedade em que está inserida. A dialética permite apreender o movimento real presente nas diferentes relações sem o estabelecimento de valores ou julgamento pré-estabelecidos por determinados agrupamentos sociais. A dialética se consiste no movimento das relações, portanto nas contradições.

Como contribuição para as ciências sociais, Marx (1996) investiga e expõe de forma contextualizada a sociedade, como uma totalidade concreta e suas múltiplas mediações. Considera as relações sócio históricas e escreve sobre os diversos temas que permeiam as relações sociais, temas esses, ainda contemporâneos no século XXI. Assuntos como economia, política, ideologia.

Marx, não se dedicou, assim como Durkheim, a escrever especificamente sobre o processo educacional em suas obras, porém, suas obras provocam reflexões contundentes sobre as relações sociais, divisão do trabalho e classes

sociais. Com muita propriedade afirma que a consciência do homem só acontece por exigência do contato com outros homens.

A consciência é antes de tudo a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência da natureza que inicialmente se depara ao homem como uma força francamente estranha, toda poderosa e inatacável, perante a qual os homens se comportam de uma forma puramente animal (religião natural) por outro lado, a consciência da necessidade de estabelecer relações com indivíduos que o cercam marca para o homem a tomada de consciência de que vive efetivamente em sociedade (MARX,1996.p.15).

Marx (1996) e Gramsci (1978) discutem a sociedade em sua totalidade e múltiplas determinações decorrentes das relações dos homens com os outros homens, com a natureza e consigo mesmo – com o entendimento de que essa natureza já sofreu a ação do homem, trata-se, portanto, de uma natureza também social.

Nessa relação dialética está presente a aceitação, ou não, das imposições sociais e a necessidade do indivíduo ter a consciência da sua importância nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Eles não estão falando necessariamente de um específico processo complexo da sociedade, mas, da necessidade do indivíduo se reconhecer como ser social, nas diferentes relações que são constituídas socialmente.

Assim, embora sem escrever especificamente sobre educação, o seu trabalho mostra o processo de apropriação da realidade, acomodação e transformação. Isto é, para se chegar ao nível de apreensão da realidade, o homem – ser social – segue o caminho do conhecimento intelectual, que ocorre nas relações sociais por meio do processo, denominado, educativo. (Frigotto,2003) Entretanto, por muitos anos, na sociedade capitalista, na maioria dos países do ocidente, o qual a sociedade brasileira pertence, o processo educacional para o trabalhador, foi colocado em segundo plano, onde o investimento intelectual é direcionado para quem tem poder econômico.

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classes. (FRIGOTTO, 2003 p. 25)

No “Manifesto Comunista”, Marx e Engels (1999) falam sobre o trabalho de crianças nas fábricas e afirma que, o início precoce das crianças no trabalho os impede de manter-se na escola o que traz prejuízos para o elas, pois se tornariam sujeitos sem se compreender no *devir* histórico, o que provoca a alienação. Marx (1999) afirma ainda, que a alienação do trabalhador acontece em todas as áreas da vida dentro do processo de produção.

Alienação no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam, (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade, e/ou a natureza na qual vivem e/ou outros seres humanos [...] assim concebida, a alienação é sempre alienação do homem em relação a si mesmo, as suas possibilidades humanas, pela sua própria atividade (BOTTMORE, 2001.p.5)

A leitura marxista afirma que o homem é sujeito de sua história, isso se ele se reconhecer em seu universo histórico. Reconhece o espaço em que vive e as transformações produzidas por ele (homem). A alienação segundo Marx (1999) impossibilita o homem a se perceber no espaço histórico em que está inserido. Ou seja, a superação da alienação é quando o homem consegue potencializar a natureza e perceber a práxis.

Sarup (1980) ao discutir o marxismo na educação afirma que o processo de alienação não acontece apenas nas relações de trabalho, mas que é possível perceber a alienação no processo de conhecimento.

Alienação constitui a base para uma discussão do significado de alienação de ‘a lógica geral da produção de mercadorias’, argumenta-se que o mesmo processo ocorre no caso do conhecimento. Nas condições de capitalismo, a educação é realizada em circunstâncias tão alienantes que se torna um processo de desumanização (SARUP, 1980.p.119).

Se o homem não se perceber no universo no qual está inserido, ele está sob a alienação. A educação pode ser um instrumento desta alienação, pois a educação para a classe trabalhadora é utilizada para que se mantenha a divisão social do trabalho. Segundo Marx (1999), para que se tenha o fim da alienação seria necessário o fim da propriedade privada e da divisão o trabalho. Trazendo essa reflexão para o processo educacional, pode-se dizer que para que o homem sair da alienação é necessário que o processo educacional seja equânime, ou seja, sem a

divisão social, educação de qualidade para todos independente da sua realidade social, econômica e cultural.

Marx e Engels (1996) não se dedicaram a escrever e pensar sobre o processo educacional, mas acreditavam na importância do conhecimento científico intelectual para o indivíduo, o que contribuiria para o projeto de transição socialista da Alemanha. E colocam que a escola deveria ser: universal, obrigatória, gratuita, laica e pública, pois assim todos os trabalhadores teriam condições de ter acesso à escola e ao conhecimento (MARX e ENGELS 1996). Pois por meio do conhecimento científico, acreditava-se que o homem poderia se desvincular da alienação.

Quando abordam elementos como a gratuidade e universalidade da escola, Marx e Engels (1996) desvelam a ruptura do acesso à educação pela maioria da sociedade, ou seja, a classe que vive do trabalho. Como diria Antunes (2006), o gestor, ou executor, do “Estado moderno não é mais que uma comissão para administrar os negócios coletivos de toda classe burguesa” (MARX e ENGELS,1996.p.84). Diante desta afirmação, a reflexão é que o Estado atende os interesses da burguesia, e até mesmo quando se vê coagido a atender as necessidades do trabalhador, é para não desagradar a burguesia.

Para apreensão do processo histórico, social e educacional o homem precisa perceber a conjuntura vivenciada pela sociedade, se entender enquanto classe, e ter a consciência, romper com a alienação.

A aquisição da consciência de classe[...] dá-se num processo de aprendizagem de educação. Mas, para que haja uma aprendizagem em direção a autonomia de classe, é necessário que os educandos participem de sua reeducação, que sejam sujeitos com autonomia de pensamento, e não simples recipientes de onde será tirada uma visão e depositada outra. A substituição pura e simples de conhecimento do real não seria uma ação educativa para a autonomia; seria, isto sim, uma ação educativa para a dominação (LOUREIRO,1988.p.24).

O processo educacional não pode ser distanciado da realidade histórica do sujeito. A educação não é apenas o vivido na escola, mas sim, toda a vivência do indivíduo em suas relações sociais.

Uma das maiores contribuições para as ciências sociais, em diversos âmbitos entre eles a educação, estão entre os escritos de Gramsci. Esse autor discutiu a educação e uma “nova escola” a partir da nova conjuntura política e econômica que se configurava após a Primeira Grande Guerra Mundial (1914 a 1918). O autor faz a

discussão sobre a cultura e os intelectuais orgânicos. Levantando as relações de trabalho e educação. E diante da realidade histórica em que viveu ele propõe a “nova escola” onde não haveria a divisão econômica no processo educacional. Com esta proposta de uma “nova escola” Gramsci, (1978) levanta as possibilidades de um novo modelo educacional, o qual chamou de “humanista”

A escola que poderíamos chamar de “humanista”[...]destinada a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida (GRAMSCI, 1978, p. 109).

O autor vivenciou as mudanças, política, econômica, decorrentes do movimento revolucionário socialista. A realidade histórica, (pós Primeira Grande Guerra) que se apresentava propicia pensar uma “nova escola” para promover a supressão do antigo modelo de educação que fortalecia a divisão de classes. A proposta de Gramsci (1978) era um novo modo de pensar a cultura e a educação para o trabalhador. Discutia sobre a educação italiana, que se dividia em trabalho técnico e humanista científico. Sendo o ensino humanístico, ou científico era para a burguesia para manutenção do sistema posto. E o ensino técnico era direcionado ao trabalhador para que este tivesse conhecimento suficiente para desenvolver a tarefa a ele destinada, e assim, assegurar o trabalho e garantir a sobrevivência, ou seja, prevalescência da divisão social do trabalho. Portanto,

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais (GRAMSCI, 1978.p. 109).

Gramsci (1978) afirma, que o processo educacional clássico era direcionado as pessoas de classe alta, ou seja, o ensino científico era para os membros da classe social com poderes aquisitivos. O qual se definia pelos detentores do poder econômico e do Estado o era colocado como uma divisão racional.

A partir da nova conjuntura do pós-guerra, com todas as dificuldades provocadas pelo período do fascismo na Itália, abrem-se as discussões sobre a realidade vivenciada e os movimentos socialistas revolucionários, tomam espaço, com o intuito de promover uma nova realidade social. Diante da discussão Gramsci (1978) se propõe a debater sobre uma nova escola com outro modelo educacional, a

educação técnica científica. O autor (1978) acreditava que, por meio do processo educacional, o trabalhador poderia assegurar a autonomia diante as relações sociais constituídas com a burguesia, e promover uma cultura antagônica a já existente que predominava na burguesia.

O autor (1978) faz referência à autoeducação, que levaria a outra cultura, pois acreditava que a educação era o caminho para se chegar à cultura. Educação e cultura se inter-relacionam de tal forma que, educação é um dos principais meios para chegar à cultura; e essa por sua vez, contribui com a educação.

Para chegar à cultura é necessário que a educação supere a alienação e que o processo educacional seja pensado com base na conjuntura social, na perspectiva de construção de um projeto societário sem segregar uma classe em detrimento de outra. E ainda, consiste em apreender a sociedade com suas contradições e antagonismos, segundo Gramsci (1978). Baseado em Gramsci (1978), Bezerra (2010) afirma que já se pode visualizar a luta ideológica em classes, onde o trabalhador, além do estudo para o trabalho, também tenha o conhecimento científico e crítico das relações sociais constituídas tanto no mundo do trabalho como no do conhecimento científico.

Na perspectiva, da superação da alienação e a efetivação de uma práxis revolucionária, afiança a possibilidade de o indivíduo apreender-se na sociedade enquanto sujeito, criando a possibilidade para uma sociedade sem a divisão de classe, com a universalização do acesso aos bens socialmente produzidos. Nesse contexto, o processo educacional pode ser igualitário e equânime para as diferentes realidades sociais.

Portanto, falar de processo educacional abalizado na práxis, é considerar um universo educacional onde os sujeitos sociais – que constituem esse espaço – apreendam as classes sociais em suas particularidades e especificidades. A educação é, portanto um processo histórico tecido nas relações sociais.

No próximo capítulo será levantado como o processo educacional se configurou no cenário brasileiro, desde o período do Império Português no século XVI até a promulgação da Constituição Federativa do Brasil quatro séculos depois, em 1988.

CAPÍTULO II

2 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

2.1 EDUCAÇÃO NO BRASIL IMPÉRIO

No período do Brasil colônia e o Império (1500-1882), alfabetização e catequese eram estendidas aos filhos dos pequenos comerciantes, artesões e índios já a formação de crianças e adolescentes dos grandes proprietários de terras e comerciantes eram realizadas em suas próprias casas ou fazendas, também por jesuítas ou professores contratados na Europa. Para dar continuidade ao processo educacional, na educação superior, os filhos dos fazendeiros com idade apropriada eram encaminhados para Portugal, fortalecendo as fronteiras entre as classes sociais⁵.

Segundo Saviani (2007) durante os dois primeiros séculos da colonização – de 1570 a 1759, ano da expulsão dos jesuítas, o processo educacional no território brasileiro foi de responsabilidade dos religiosos com o apoio da Coroa Portuguesa.

O método utilizado pelos educadores jesuítas no Brasil Império era um fundamento religioso na perspectiva positivista. Tais princípios desconsideravam os valores culturais e históricos do povo brasileiro, que no período do Brasil colônia se caracterizava pela população indígena. A educação, nesse período, foi marcada por atrocidades, traduzidas em castigos físicos, morais e psicológicos para controlar o comportamento e o “aprendizado” das crianças e adolescentes pobres e indígenas.

Os jesuítas tinham um plano pedagógico, elaborado por Manoel da Nóbrega, que contava com três fases. A primeira era referente à leitura e escrita da língua portuguesa e doutrina cristã. O segundo, como formação opcional, o canto gregoriano e instrumental. E, finalmente, o aprendizado diferenciado: formação agrícola filhos dos trabalhadores e crianças indígenas, e gramática latina para filhos de fazendeiros, que em geral, iriam para a universidade Portuguesa (SAVIANI, 2007).

⁵ Educação instaurada no âmbito do processo de colonização trata-se, evidentemente, de aculturação, já que as tradições e os costumes que se busca inculturar decorrem de dinamismo externo, isto é, que vai do meio cultural do colonizador para a situação objeto de colonização (SAVIANI, p. 27. 2007).

Para o autor (2007) o método utilizado pelos Jesuítas no processo educacional era tradicional e religiosa na versão da Contrarreforma⁶ utilizado também no processo educacional, ou seja, o pensamento de Nóbrega. Esse método definia que por meio da religião era possível dominar os gentes sob a perspectiva da moral, da disciplina, e do conhecimento intelectual colocando principalmente os povos indígenas em situação de dominação.

Com a expulsão dos jesuítas⁷ do Brasil em 1759, no período da reforma de Pombal, outras ordens religiosas vieram, algumas permaneceram, outras não, e o processo educacional perde alguns conteúdos específicos ministrados pelos jesuítas. Para Saviani (2007) houve uma ruptura no processo educacional brasileiro.

Com o ideário de Pombal, que trazia o iluminismo como norte para as propostas para as ações políticas e educacionais foram instituídas escolas já existentes. Não ocorreram grandes mudanças no processo educacional. O de mais concreto que aconteceu foi à instituição das “aulas régias”. Saviani (2007)

As reformas pombalinas continuaram em curso, com o processo de implantação das aulas régias. Ocorreu, mesmo, uma maior expansão, de modo especial no que se refere às Escolas Primeiras Letras, que passaram a se chamar “aula de ler, escrever, contar e catecismo” [...] a implantação das reformas pombalinas iniciou-se logo após a aprovação do Alvará 1759 com os concursos realizados na Bahia para cadeiras de latim e retórica e nomeação dos primeiros professores de Pernambuco. (SAVIANI, 2007, 106-107)

Ao instituir as aulas régias, estas, aconteceram de forma lenta, pois não havia recursos financeiros disponibilizado por parte da coroa Portuguesa para efetivar, de forma concreta, o que ocasional em uma situação onde as aulas régias passam a ser sinônimo de escolas, e elas aconteciam aleatoriamente sem um cronograma e

⁶ A Contra-Reforma foi um movimento da Igreja Católica no século XVI que surge como resposta às críticas dos humanistas e de diversos membros da Igreja e de importantes Ordens Religiosas, tais como os Franciscanos, Dominicanos e Agostinhos, que apelavam à moralidade e ao regresso à pureza e austeridade primitivas. Além disso, a Contra-Reforma surge também como resposta ao avanço da Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero. Este movimento assume assim uma vertente de Reforma Católica (que procura redefinir a Doutrina da Igreja e a disciplina do clero) e uma vertente de Contra-Reforma que procura combater e impedir o avanço do protestantismo. Os principais meios utilizados pela Igreja Católica para efetuar a sua Reforma foram a criação de novas ordens religiosas (destacando-se a Companhia de Jesus) e a realização do Concílio de Trento. As ações mais repressivas da Contra-Reforma foram conseguidas através da Inquisição e da censura. http://www.notapositiva.com/dicionario_historia/contrarreforma.htm

⁷ O que motivou a expulsão dos jesuítas foram os ideários iluministas com visão racionalista pautado pela lógica onde o processo educacional teria desvinculação entre fé e ciência. Princípios comungados por Marques de Pombal, secretário do Estado do Reino, com poder atribuído por D. João I, Rei de Portugal e província

interligações entre elas. Cada disciplina, português, matemática, latim, aconteciam sem uma integração entre os “professores” e os ensinamentos.(SAVIANI, 2007)

Em 1826, é levada ao Parlamento a proposta de dividir a educação em quatro graus: primeiro grau a pedagogia; segundo grau (liceu); terceiro grau, o ginásio e quarto grau denominado acadêmico.

No primeiro grau o conteúdo era: conhecimento básico de leitura e escrita que seria oferecida a todos os brasileiros, independente da situação social. Nos liceus, o segundo grau tinha objetivo de ministrar conhecimento profissional. Os ginásios eram o terceiro grau com a proposta de ensino do conhecimento científico geral e eruditos em todos os tipos de estudos, desde a música às ciências naturais e sociais. Como quarto grau, têm as academias, local de conhecimento das ciências exatas, naturais e sociais. Analisada como proposta ambiciosa e que demonstrava preocupações com o processo educacional no Brasil, ela não foi aprovada no Parlamento conforme projeto original (SAVIANI, 2007).

O processo educacional brasileiro permaneceu sem muitas alterações com a passagem do Brasil colônia e império para o Brasil República.

2.2 EDUCAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA

No século XIX é outorgada a primeira Constituição do Brasil República, BRASIL (1891) que não havia nenhuma citação sobre a educação. Demonstrando que no período do Brasil república o processo educacional não fazia parte dos ideários de governo.

Porém, a reforma de Benjamin Constant, decreto nº 981 (BRASIL, 1890) trazia a proposta educacional para os níveis de educação primária e secundária com aspectos que se referenciavam a “moralidade e a higienização”. A educação era considerada como “remédio para curar as doenças da sociedade e da civilização [...] a instrução é um poderoso antídoto para curar as doenças da ignorância e da pobreza” (GONDRA, 1988 a, p. 64). Sendo essa a primeira vez que o processo educacional passa a ser pensado de forma legal. Esse decreto permanece sendo o norteador legal do processo educacional até a nova Constituição em 1934.

O século XX foi marcado por movimentos de mudanças: duas grandes guerras⁸ e propostas socialistas, discutidas em toda a Europa, o que refletia na América Latina, inclusive no Brasil. Uma das lutas desses movimentos foi pela educação.

Na busca de demonstrar a necessidade de mudança no processo educacional, acontece no Brasil os movimentos na busca de melhoria da educação, entre eles alguns que marcaram a história como a Semana de Arte Moderna em 1922⁹. No contexto político, acontece a Revolução de 1930 e com ela industrialização brasileira. (Saviani,2007)

Na década de 1930 o advento da industrialização acontece por diversos motivos históricos que ocorriam desde o início do século XX, entre eles podem ser citados a crise do capitalismo de 1929 e às guerras mundiais. Aspectos que provocaram a necessidade de mão de obra qualificada para o desenvolvimento industrial. Diante dessa realidade, o Estado é forçado a intensificar a proposta de formação educacional. Pois o país até o início do século XX tinha a maioria da população rural e analfabeta, uma população que não atendia às necessidades do mercado, pois não conseguia desenvolver o trabalho industrial. Neste momento o Estado se vê pressionado pela burguesia a possibilitar a educação para o trabalho.

Em 1934 na segunda Constituição Federativa do Brasil (1988), já consta um capítulo sobre a educação e cultura.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934)

Além de assegurar que o processo educacional é direito de todos, ainda distribui as atribuições das três esferas de governo. Afirma ainda que educação primária e gratuita.

⁸ As duas Grandes Guerras Mundiais aconteceram nas seguintes datas: Primeira Guerra: 1914 a 1918; Segunda Guerra Mundial: 1939 a 1945

⁹ A Semana de Arte Moderna (1922) aconteceu em São Paulo, no Teatro Municipal, onde um grupo de novos artistas e intelectuais divulgou suas novas ideias, momento do início do Modernismo no Brasil. O Movimento Modernista tinha como objetivo romper com o modelo estabelecido pela arte europeia e estabelecer a livre manifestação cultural. (BOAVENTURA,2000)

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos art. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, *letras “a” “e”*¹⁰, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível; (BRASIL. 1934)

A Constituição brasileira de 1934, (BRASIL, 1934) segue o “modelo” das leis dos países da Europa, estabelecendo que houvesse uma política educacional, porém não consta na constituição como assegurar que as crianças e adultos pudessem ter o acesso ao processo educacional.

Para atender a demanda econômica e industrial, se fez necessário pensar uma política educacional, para assegurar ao mercado e a burguesia o “produto” imperativo para a expansão econômica. Portanto, a política da educação foi constituída a partir de interesses antagônicos e contraditórios no cenário econômico e social do Brasil no início do século XX. De um lado a burguesia para atender o mercado e de outro o proletariado para assegurar a garantia ao acesso à educação pública igualitária para todos os cidadãos brasileiros.

Além da necessidade do mercado, existiam diversos movimentos sociais e populares que mostravam essas contradições e exigiam do Estado respostas à condição na qual a educação estava sendo percebida. Eles lutavam pela garantia da educação pública de qualidade e gratuita, igualitária e equânime para todos, que a educação não se dividisse em educação para o trabalho para o proletário e educação científica para a burguesia. Portanto, a proposta dos movimentos sociais e populares era educação sem divisão de classe social. Como já vinha sendo discutido desde os séculos XVIII e XIX, por Marx, Engels (1988/1996/1999) e Gramsci (1978), (Frigotto, 2003).

A trajetória da busca da efetivação política de educação, como Política Social Pública para toda a sociedade brasileira se intensifica de forma mais efetiva a partir da primeira metade da década de 1930, período histórico, entre as duas Grandes

¹⁰ Art 150 - Compete à União:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
- e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.

Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e a necessidade de intensificar o processo de industrialização brasileiro.

Diante do desafio de mudar economicamente a história do país, o impasse estava presente, como desenvolver uma nação de homens analfabetos? (SAVIANI, 2007) Mesmo que haja garantia de que a política pública não fosse pauta das discussões entre a maioria dos parlamentares, no contexto histórico da ditadura Vargas, a partir de 1930 havia a necessidade de se pensar novas estratégias de crescimento econômico e uma delas seria a formação educacional e profissional do povo brasileiro.

Diante da realidade e das contradições provocadas pela necessidade da industrialização, o governo brasileiro, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública em 1932. (BELLO, 2001).

Em 1937, o Brasil passa a ser regido por outra Constituição (BRASIL, 1937)-, em um novo momento histórico, o Estado Novo.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937(BRASIL,1937) publicada no período do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, foi escrita sob as réguas dos preceitos fascistas, o que fez com que os poucos progressos conquistados na Constituição de 1934 previstos no artigo 149, fossem esquecidos. Como diz Romanelli (1991), a Política de educação nesse período (1937 a 1946) passa por um período de hibernação.

O que estava previsto nos artigos da Constituição de 1934, os quais afirmavam que a educação era direito de todos, muda e nos artigos 128 a 134, onde passa e constar que o processo educacional deve a ser principalmente de responsabilidade do indivíduo e da indústria, e o Estado só interferiria nos casos em que o indivíduo não tivesse como assegurar por meios particulares o processo educacional. O movimento renovador que culminou na Constituição de 1934, é enfraquecido. E a nova Constituição dividia a educação em dois aspectos: ensino intelectual para a camada da população com maior poder aquisitivo e educação para o trabalho para a camada da população pauperizada (VILELA, 2011).

Portanto, continua sob a premissa educacional existente no país desde o início das discussões sobre a educação. Todo o avanço, mesmo que singelo, é ignorado.

Art. 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.

É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público.

Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.

Art. 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art. 132 - O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adiestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação.

Art. 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos. (BRASIL, 1937)

Diante da Constituição de 1937, a política de educação que havia conseguido alguns avanços sofre um retrocesso. Os membros dos movimentos pela educação iniciam um movimento reivindicando mudanças na política de educação que vai de 1937 a 1961.

Em 1946 é promulgada outra Constituição, (BRASIL, 1946) que acolhe algumas das reivindicações dos movimentos sociais e populares, e neste momento também contava com a proposta da “educação popular”. A Constituição de 1946 não atende todas as reivindicações dos movimentos sociais e populares, porém deixa brechas para novas propostas a serem assimiladas posteriormente.

Art. 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167 - O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168 - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II - o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI - para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII - é garantida a liberdade de cátedra.

Art. 169 - Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1946)

Com o fim do Estado Novo (1946) as discussões, entorno da política da educação são fortalecidas, e os movimentos sociais e populares corroboram, para o encaminhamento da proposta que culminou na Lei 4.024, a qual foi promulgada em 20 de dezembro de 1961, lei que da origem a Lei Diretriz e Base da Educação – LDB/1961.(Saviani, 2007) Quatorze anos depois, da retomada das discussões em torno da Política Pública de Educação, é assinada a lei que cria primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação que entra em vigor em 1962.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/1962, (BRASIL, 1962) foi à culminância de diversos movimentos pelo Brasil, principalmente na região nordeste do País, nos Estados de Bahia, Ceará, e Pernambuco. Um dos exemplos da luta pela garantia do direito a educação aconteceu por meio do pernambucano Paulo Freire, em 1962, que levantava a proposta de alfabetização de adultos em 40 horas.

Acontece em todo país movimento de erradicação do analfabetismo, no qual se pensava a educação primária, gratuita e a alfabetização de adultos, esse movimento iniciado com a igreja católica, toma força, e sai do âmbito catequético, passa a ser chamada de “educação popular”, e assume uma nova conotação. Neste momento a luta para que a política da educação fosse acessível a todas as pessoas,

independente da classe social, já era uma das bandeiras dos movimentos revolucionários.

A mobilização que toma vulto na primeira metade dos anos 1960 assume outro significado. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada da consciência da realidade brasileira. A Educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A 'educação popular' assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo, e para o povo, pretendendo-se superar o sentimento anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e de dominantes, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo, a ordem existente (SAVIANI, 2007, p. 315).

O movimento social e popular, que tinha como bandeira a “educação popular” buscava assegurar direito a educação, em um momento onde falar em direitos era necessário explicitar as contradições existentes, pois a Constituição de 1937(BRASIL,1937) e a de 1946 (BRASIL,1946) não constam, o que a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), é chamado de direitos sociais.

A partir da vigência da Lei 4.024, (BRASIL, 1962) uma das primeiras providências foi à criação do Conselho Federal de Educação (CFE) e logo em seguida a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE.

A primeira LDB (BRASIL,1961) apresenta três aspectos importantes:

1) O financeiro, pois aumenta o recurso que seria gasto pelo Estado na educação, e estes recursos aplicados em três fundos, ensino primário, médio e superior, portanto cada etapa do processo educacional foi criado um fundo com valores definidos. Conforme o Art. 92:

A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo (BRASIL, 1962).

2) O controle social por meio da criação do Conselho Federal de Educação.

3) O Plano Nacional de Educação (PNE), que comporta as três modalidades de ensino, primário, médio e superior. Sendo que, cada modalidade tem um Fundo próprio de investimento. Isto possibilita maior otimização dos recursos e facilita o controle social.

A LDB (BRASIL,1962) não atendia todas as reivindicações dos militantes dos movimentos sociais e populares que tinham como bandeira a educação, mas, mesmo sendo escrita à luz de uma orientação liberal, atendeu parte das necessidades mais expressivas na conjuntura do Brasil na época. Em uma frase célebre Teixeira¹¹(1962), comemora: “a LDB/1962 foi meia vitória, mas vitória!”. A leitura de ser “meia vitória” é que segundo Teixeira (1962) com as concessões na LDB (BRASIL,1962), a iniciativa privada, foi um aspecto que dificulta viabilizar uma educação pública de qualidade, ou seja, promover a solidez no ensino público, pensada pelos militantes da luta pela garantia de educação pública de qualidade.

A LDB de 1962 propõe a participação de toda a sociedade no processo educacional, afirmando a reivindicação da sociedade civil por meio dos movimentos sociais populares que afirmavam que era necessário conhecer a realidade para propor as ações educativas. O que se pode afirmar é que foi explicitado desde o início do processo educacional brasileiro, a necessidade de se perceber como são constituídas as relações sociais entre estudantes, professores. Os estudantes são pessoas com história, vivências sociais e influências familiares que devem ser apropriadas no processo educacional.

As mudanças ocorridas nos anos 1960 são decorrentes do percurso que as propostas pedagógicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, viveram intrinsecamente ligadas à industrialização do País. Isto é, a formação educacional das pessoas pobres foi pensada para que essas fossem a mão de obra para a indústria que estava em expansão. O crescimento industrial brasileiro, embora tardio, foi acelerado devido à conjuntura política e econômica, provocada por diversos aspectos, dentre eles: falta de material industrializado; dificuldade de importação por conta das Guerras Mundiais; necessidade de agregar valor aos produtos primários; grande número de trabalhadores imigrantes com experiência em produção. Isso contribuiu – ainda mais – com a evasão rural e crescimento populacional das cidades. Uma leitura desenvolvimentista que regia os planos econômicos e sociais do País. (SAVIANI 2007)

Diante da conjuntura posta os movimentos sociais e populares que lutavam pela garantia do processo educacional equânime, desvelavam as diferenças educacionais entre as classes sociais e se articulavam em prol da garantia da

¹¹ Estudioso na área da Educação, engajou-se politicamente para defender essa política. Como Deputado Federal, participou de forma efetiva na elaboração do Plano Nacional de Educação.

educação popular. Foram criadas diversas Campanhas educacionais implantadas de 1940 a 1963 tinham como cunho filosófico a Educação Popular.

Todas essas campanhas consideravam a educação popular no sentido até então dominante, isto é, abrangendo as questões relativas à instrução pública, isto é, a educação elementar destinada seja a criança(ensino primário), seja aos adultos(programa de alfabetização) (SAVIANI, 2007, p. 314).

Nessa concepção, o processo educacional passa a ser discutido como espaço de conscientização do povo brasileiro da realidade que vivenciava na época. Ao falar de educação popular, abarcava-se a leitura de uma proposta educacional onde fosse apreendida a realidade social do sujeito para o contexto do processo de ensino e aprendizagem (SAVIANI, 2007).

Alguns seguimentos da Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, com os pensadores marxistas católicos, foram grandes aliados na divulgação e implantação do novo modelo de educação, que buscava valorizar a cultura do povo que sonhava com a “transformação social” do país. (SAVIANI, 2007).

A proposta educacional no final da década de 1950 até 1961 passa por uma discussão sob a ótica gramsciana com os princípios da “nova escola”. Essa proposta não foi sustentada pela conjuntura política que vivenciava o Brasil.

Em meados de 1960, acontece outro fato histórico que desafia a proposta educacional, o período Ditatorial Militar, que dura de 1964 a 1985. O qual nos propomos à discutir no próximo item.

2.3 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR

O desenvolvimento econômico, aliado à política populista, e o direito ao voto que estava condicionado à alfabetização, eram particularidades iniciadas a partir de 1920, que levam a mobilização pela alfabetização, e para a elaboração de planos de alfabetização de adultos e jovens tanto na zona rural quanto urbano. As campanhas educativas criadas desde o período de 1920 foram extintas com a Ditadura Militar implantada em 1964, quando muitos dos líderes dos movimentos sociais e populares são perseguidos, exilados e muitos desapareceram.

Em 1964 o Brasil entra no sistema ditatorial, em um contexto onde não houve grandes mudanças no plano socioeconômico. Como não aconteceram mudanças de grande vulto, não foi necessário mudanças na lei 4.024/1962 e nos primeiros capítulos da LDB. (BRASIL, 1962)

A novidade na proposta educacional que a partir da Ditadura Militar é assumir a proposta capitalista e a doutrina interdependente que para a educação é denominada “pedagogia tecnicista”, que vinha sendo desenhada e discutida por diversos autores desde o início da década de 1960, como inevitável. (SAVIANI, 2007).

A Ditadura Militar trata o processo educacional de forma antidemocrática, onde professores que se colocavam contra a “ideologia “ do militar eram demitidos e muitos foram presos e outros forçados ao exílio . As universidades foram invadidas e estudantes e professores presos e ou desaparecidos. Qualquer movimento que fosse realizado fora do estabelecido pelo sistema era considerado subversão.

Nesse período duas reformas ocorreram na área educacional, a reforma universitária (1968) e a outra em 1971 com a LDB (BRASIL, 1971). Uma das propostas da reforma universitária acontece a expansão da Universidade de Brasília, criação do vestibular classificatório.

A LDB (BRASIL, 1971) propõe diminuir o analfabetismo brasileiro criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL, que não atendeu ao objetivo esperado, acabando por ser alvo de denúncia de corrupção e desvio de verbas. (BELLO, 2001) Ainda na LDB de 1971(BRASIL, 1971) são incorporadas algumas mudanças no formato das disciplinas que são monitoradas pelo Estado e incluídas no currículo escolar disciplinas obrigatórias: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística. E o Ensino Religioso passa a ser ministrado no período das aulas, porém a matrícula é facultativa. Isso para o 1ª e 2º graus¹² da educação.

O período de maior repressão da ditadura militar que aconteceu de 1968 com o AI-5, até 1974. Os militares acreditavam que agindo com “firmeza” seria possível assegurar e manter o regime durante o tempo necessário.(NETTO,2002) Coincidiu com o período onde foi consolidada a LDB de 1971, que tinha como característica marcante a educação profissionalizante, o qual se balizava pelo espírito

¹² 1º grau a partir da LDB de 1996 é referente ao ensino fundamental; 2º grau a partir da LDB de 1996 é o equivalente ao ensino médio.

desenvolvimentista pregado pelo governo da época que estabelecia *slogans* tais como: "Brasil grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico". (BELLO, 2001)

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971)

A proposta educacional do período ditatorial (1964 a 1985) tinha como objetivo que os estudantes permanecessem com postura conformista, além de deixar claro, a relação dual da educação entre classes sociais.

O processo educacional brasileiro passou em sua história por diversos períodos, porém, instituído como política pública, só acontece na segunda metade do século XX, com a redemocratização do Brasil, com fim da Ditadura Militar, com a construção de uma Constituição Democrática arquitetada sob a leitura de uma sociedade de direitos como princípios de cidadania, aspecto que será abordado no próximo item desta discussão.

2.4 EDUCAÇÃO COMO DIREITO E PRINCÍPIO DE CIDADANIA .

Discutir a política de educação como um direito é desafiador, pois, a história da educação mostra que nem sempre a educação foi vista como direito, mesmo sendo pano de fundo de discussões desde o Brasil Colônia. O debate em torno do processo educacional se intensificou, principalmente no que se refere a instituição do processo educacional. Pois a educação teve sempre duas vertentes: educação acadêmica para os ricos e educação para o trabalho para os pobres.

Com o intuito de promover uma educação equânime, os movimentos sociais e populares buscaram por meio da articulação, e dos métodos educacionais libertadores, uma educação diferente da proposta até então. Com o intuito de construir uma legislação que efetivasse o processo educacional como direito e cidadania. Pois, o processo educacional sempre foi pensado no Brasil para atender as necessidades do mercado, em especial, a partir de 1934, com advento do crescimento industrial.

O Estado Brasileiro desde o início da república utiliza a Constituição para estabelecer suas políticas entre elas a educação aparece sempre como uma política dual, atendendo os interesses do capital. Não podemos afirmar que a Constituição de 1988, estas premissas tenham sido melhor que outras, porém acontecem alguns avanços. E como Estado de direitos os sujeitos aprenderam, ou estão, apreendendo a buscar seus direitos.

O reconhecimento da Educação como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, foi estabelecido nos artigos 205 a 214 da Constituição de 1988:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam.

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988).

Na história da educação o contexto de garantia de direitos sociais é campo de discussão anterior à consolidação dos Direitos Sociais previstos na Constituição Brasileira de 1988, onde se consolida no artigo 6º como um dos Direitos Sociais. A Constituição, denominada, Constituição Cidadã, como foi chamada, assegura no capítulo dos Direitos Sociais, algumas expressões de algumas conquistadas, as quais foram bandeira, e motivo de articulação dos movimentos sociais e populares que expressaram as contradições e a necessidade de uma política pública que atendesse à sociedade com o intuito de promover a garantia dos direitos e busca de uma sociedade mais justa e sustentável. Como direito social, não estão previsto apenas a educação, como consta no Art.6º da Constituição Brasileira de 1988¹³.

O reconhecimento da educação como política pública e garantia de direitos foi

¹³Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

resultado da luta da sociedade civil por meio dos movimentos sociais e populares na Constituinte em que se articulava em todas as partes do país. O qual tem 3º capítulo da Constituição Federal de 1988¹⁴ estabelecido quais os princípios normativos que devem ser seguidos, também no processo educacional do país, os quais posteriormente adequados e aprovados e foram regulamentados por meio da Lei. Nº 9. 394/1996, ou seja, todo o movimento histórico do processo educacional se estabelece na Constituição de 1988, e posteriormente na LDB de 1996, na qual se prevê que a educação seja direito de todos e dever do Estado e da família com os princípios de desenvolvimento do sujeito para a efetivação da cidadania e para o trabalho, sob os seguintes princípios:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;(BRASIL, 1988)

A ênfase desse trabalho é dada à Política Social Pública de Educação, porem é sabido que para assegurar a cidadania é necessário que as Políticas Sociais Publicas sejam concretizado em sua amplitude em diversas frentes, como: saúde, segurança publica, moradia, transporte.

Segundo Pereira (2010), a Política Social Pública deveria ser de todos para todos, é uma ação pensada, planejada, avaliada e referenciada por pesquisas, ou seja, com base nas necessidades dos indivíduos. Pereira (2010) afirma, ainda que, a Política Social Pública é um processo contraditório e complexo, pois, expressa interesses divergentes no que se refere à distribuição de bens públicos.

Seguindo o raciocínio de Pereira (2010) a educação como Política Social Pública deveria atender aos interesses da sociedade e não do capital, sendo assim, o acesso ao processo educacional formal deveria ser público, ou seja, para todos.

¹⁴ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.(BRASIL, 1988)

A partir das discussões nos movimentos sociais, principalmente, os movimentos anteriores ao período ditatorial, de 1964, foi estabelecida a LDB de 1996 que prevê a educação como direito. Como afirma Poulantzas (1985) o Estado em sua forma política e estrutural expressa os interesses da classe dominante. O qual não se expressa de forma mecânica e explícita, mas por meio das relações de força. E desse modo define Estado em relação “estreita” e “ampla”. Segundo o autor (1985) as relações entre Estado e sociedade têm as seguintes definições: “estreita”: que considera que o Estado é em sua essência um aparelho, pronto sem rachaduras e imperfeições; “ampla”: formado pelas relações sociais que constituem a sociedade e expressam as contradições provocadas pelo sistema capitalista.

Poulantzas (1985) afirma ainda que o Estado não é uma simples relação, e a simplificação das relações sociais, e sim, a expressão *material e específica* das relações de forças entre as classes sociais e as frações de classes.

Diante da fala do autor (1985) se conclui que a LDB/1996 atendeu parcialmente as reivindicações dos movimentos sociais e populares, mas também, a pressão da classe dominante que impunha que o processo educacional que atendesse a profissionalização e incluísse a educação a distância, de forma a aumentar as possibilidades de educação às universidades particulares, ou seja, educação visando lucro.

Para Frigotto:

No plano econômico [...] O Estado é estruturado como uma espécie de desus Janus¹⁵ que tem uma dupla face: uma privada e outra pública, que atua em função desta. Historicamente, tem se constituído no grande fiador de uma burguesia. (FRIGOTTO,2003, p. 37)

Para que as expressões da questão social fossem percebidas, com o objetivo que diante delas o Estado tomasse alguma postura na garantia de direitos foi necessário que a sociedade organizada em movimentos sociais e populares as expressasse. Assim o Estado se vê obrigado a fazer concessões, mesmo que em parte, por meio das políticas públicas.

¹⁵ Deus Janus faz parte da mitologia Grego- Roma que se refere ao deus dos portões e portas. Representa uma figura de duas faces olhando em direções opostas Seu nome é o radical da palavra inglesa "January" que significa Janeiro (o mês que "olha" para os dois anos, o que passou e o novo ano) [http://www. on.br/glossario/alfabeto/m/mitologia.html](http://www.on.br/glossario/alfabeto/m/mitologia.html), novembro de 2011.

O movimento pela política de educação como direito expressava as relações sociais de poder e a divisão das classes, pois apesar de buscar o direito à educação para as classes populares, a educação também foi pano de fundo nas discussões com os capitalistas. O que leva o Estado a assumir, enquanto direito, o processo educacional do cidadão brasileiro independente da idade, etnia, religião, gênero. (BRASIL, 1988)

Mesmo diante das condicionalidades legais o processo educacional não se configurou, nem se estabeleceu como proposto 24 anos após a promulgação da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) e 16 anos após a LDB/1996. (BRASIL, 1996) O Brasil estabeleceu a Constituição de 1988, sob pressão internacional para que saísse da condição de país de maioria de pessoas analfabetas, com mais de sete milhões de crianças em idade escolar sem ter frequentado o universo escolar. Não poderia um país como o Brasil buscar desenvolvimento econômico, formado por pessoas analfabetas (Frigotto, 2003).

Desde então, o Estado passa a falar do processo educacional de forma diferente, estabelece que o direito ao processo educacional deve ser assegurado a todos, como uma política universal. Na perspectiva de mudar a imagem de país com alto número de analfabetos. Para assegurar a efetivação da alfabetização e desenvolvimento educacional foram criados diversos programas e projetos educacionais em todo Brasil com o intuito principal de equalizar idade e série entre crianças e adolescente e a continuação da educação para adultos. Os programas e projetos foram estabelecidos com metas qualitativas a serem alcançadas.

Apesar de o processo educacional ser pensado de forma não equânime, onde estava muito claro que educação para pessoas pobres seria para desenvolvimento do trabalho e pessoas ricas, o processo educacional se propunha a formação intelectual. A LDB 1996 (BRASIL, 1996) mantém a educação para o trabalho como premissa. Porém, essa discussão traz uma nova leitura, pois, acredita-se que o trabalho e educação são categorias ontológicas, e o que provoca a dicotomia entre essas categorias é a percepção de como elas são interpretadas, na realidade capitalista, exploratória e contraditória.

O Estado capitalista por ser permeado por contradições deixa brechas para a garantia dos direitos dos empobrecidos, entre eles, a luta por educação igualitária, provocando a tentativa da efetivação das propostas legais previstas na legislação brasileira, as quais constam na Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Ao falar em Direitos é preciso abordar questões como cidadania, aspectos desafiadores. Neste trabalho será falado especificamente do conceito de cidadania, no processo educacional de crianças, jovens e adultos alunos de uma escola pública localizada na região metropolitana de Goiânia, em área de posse, onde garantia de direitos sociais sinônimo de mobilização social e reivindicação.

O conceito de cidadania tem origem na Grécia clássica, sendo usado então para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, o indivíduo que vivia na cidade e ali participava ativamente dos negócios e das decisões políticas. Cidadania pressupunha, portanto, todas as implicações decorrentes de uma vida em sociedade.

Ao longo da história, o conceito de cidadania foi ampliado, passando a englobar um conjunto de valores sociais que determinam o conjunto de deveres e direitos de um cidadão "Cidadania: direito de ter direito" (D'URSO. 2005. p. 5).

Assim a proposta neste trabalho é falar da condição de vida de pessoas que estão inseridas em uma sociedade, e se perceber neste espaço como sujeitos detentores de direitos e deveres.

Para que se tenham esses direitos é necessário se sentir membro desse conjunto de pessoas, além de ter conhecimento desses direitos que lhe são assegurados pela legislação da sociedade em que vive. Direitos estes, que pela Constituição Federal Brasileira, Art. 5º e 6º, são iguais a todos os indivíduos independentes da situação social em que está inserido, gênero, etnia, e credo religioso (BRASIL, 1988).

A educação é um direito constitucional. Onde é considerada como um direito universal, ou seja, que todas as pessoas que vivem no território brasileiro são detentores desse direito. Ao determinar que em um país todas as pessoas tenham o acesso a um específico direito, que aqui, estaremos discutindo o processo educacional, essa proposta nos leva a pensar que a concretude desses direitos é um meio de assegurar a cidadania. Pois o processo educacional previsto na legislação brasileira não condiciona a educação apenas como um processo de letramento e sim, da formação para a vida (LDB, 1996).

Aragão(2003) afirma que a educação escolar é um dos aspectos da educação que se concretiza nas diferentes relações sociais constituídas pelo indivíduo.

Publicações internacionais e autores brasileiros discutem sobre as relações sociais e educacionais, de forma comum, pois, é possível perceber que as relações

sociais são mecanismos de promover o processo educacional seja ele formal ou não. Assim,

Apreender a vida em sociedade em uma perspectiva de totalidade, como produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas e nas contradições que as permeiam, evitando a retificação de categorias econômicas. Ressaltam-se as expressões simultaneamente econômico-política e ideológicas dos fenômenos sociais (IAMAMOTO e CARVALHO, p. 22, 2004).

O sistema educativo escolar é parte deste processo educativo, que se expressa pelas relações sociais constituídas, onde a aprendizagem básica é desenvolvida por meio das relações sociais, conhecimentos essenciais que são compartilhados, normas, comportamentos e habilidades que são construídos. E que na atual sociedade brasileira, dita moderna, o conhecimento escolar é uma das principais alternativas do indivíduo para ter acesso à cidadania. As pessoas têm assegurado o direito à educação escolar tem subsídios para exigir e defender direitos básicos tais como: saúde, habitação, meio ambiente, participação política. A educação escolar é base constitutiva na formação das pessoas, assim como na defesa e na promoção de outros direitos.

Na pesquisa de campo realizada no Colégio Estadual João Barbosa Reis, no município de Aparecida de Goiânia-Go, cidade da região metropolitana de Goiânia-GO. Em todas as respostas dos estudantes entrevistados, na pergunta sobre o que o processo educacional interfere nas relações sociais constituídas, a resposta em 100%, é que o processo educacional tem fundamental importância nas relações sociais constituídas fora do espaço escolar.

Na entrevista “M” afirma que após retornar a escola já adulta, há 5 anos, em 2006, assegura ser outra pessoa, luta por seus direitos e não permite que esses sejam negados, tanto à ela como à sua família e comunidade.

Depois de voltar a estudar fiquei muito mais comunicativa, brinco mais, falo mais. Até hoje sou tímida, não consigo ler em voz alta. Mas não aceito um monte de coisa que antes eu não falava nada, porque eu tinha vergonha (entrevista “M”, 2012).

A fala da entrevistada demonstra o que foi proposto por esta pesquisa, apreender como ocorre nas relações sociais na escola. As bases teóricas de diversos autores os quais foram utilizados nessa dissertação a todo o momento

para elucidar a discussão, sobre como são constituídas as relações sociais no espaço escolar e como elas se inter-relacionam com as relações sociais constituídas fora do espaço da escola, no trabalho, família e na sociedade.

Ao falar de educação e cidadania, estamos trazendo a discussão que está presente tanto na legislação brasileira, quanto na literatura especializada sobre educação. Não se está falando de nada novo e muito menos extraordinário. Busca-se uma discussão que não deve sair do panorama da Política Social Pública da educação. Quando “M” fala da “vergonha” em se expressar, é possível identificar que esse sentimento é expressão da alienação a qual se encontra, e por meio do processo educacional, por mais, dual que seja, ela pode minimamente buscar a mudança de comportamento diante as relações sociais cotidianas.

No Brasil, segundo o censo de 2010, entre pessoas com 15 anos ou mais a taxa de analfabetismo chega a 9,6% (IBGE, 2010).

As maiores quedas entre a população com 15 anos ou mais se deram no Norte (de 16,3% em 2000 para 11,2% em 2010) e no Nordeste (de 26,2% para 19,1%), mas também ocorreram reduções nas regiões Sul (de 7,7% para 5,1%), Sudeste (de 8,1% para 5,4%) e Centro-Oeste (de 10,8% para 7,2%). Apesar do avanço, o índice de analfabetismo no Brasil ainda está acima do de muitos países. De acordo com dados de 2009 do Banco Mundial, a taxa de analfabetismo era de 8,14% no Zimbábue, país africano com PIB per capita igual a 5% do brasileiro. Entre as crianças brasileiras de 10 a 14 anos, 3,9% ainda não estavam alfabetizadas em 2010, o que representa cerca de 671 mil crianças. Em 2000, o número deste contingente era de 1,2 milhão de crianças, ou 7,3% do total. A pesquisa apurou que as crianças que vivem em famílias pobres demoram mais para serem alfabetizadas. Considerando as crianças de 10 ou mais, o analfabetismo atinge 17,5% das que vivem em famílias com renda per capita de até um quarto do salário mínimo, 12,2% nas que vivem com renda de um quarto até meio salário, 10% nas de meio a um salário, e 3,5% nas de um a dois salários. Nas faixas seguintes, a taxa de analfabetismo prosseguiu em queda, passando de 1,2%, na classe de 2 a 3 salários mínimos, a 0,3%, na de 5 salários mínimos ou mais. Na faixa entre 15 e 19 anos, a taxa de analfabetismo atingiu 2,2% em 2010, mostrando uma redução em relação a 2000, quando era de 5%. Por outro lado, no contingente de pessoas de 65 anos ou mais, este indicador ainda é elevado, alcançando 29,4% da população nesta faixa de idade em 2010. (IBGE, 2010).

Os dados do IBGE (2010) ilustram os altos índices de analfabetismo brasileiro, levando em consideração a realidade econômica do país. Segundo a revista inglesa “*The Economist*” de 2010, o Brasil é a sexta maior economia do planeta com Produto Interno Bruto (PIB) superior a US\$ 2 tri de dólares.

O IBGE, no Censo de 2010 demonstra que o analfabetismo é maior entre as pessoas com renda inferior a um salário mínimo. O que leva a pensar que a relação educação, economia, trabalho são categorias interligadas.

Portanto, ao dedicar em escrever sobre educação e cidadania, não podemos deixar de levar em consideração as relações econômicas, como demonstra os resultados das pesquisas realizadas pelo IBGE(2010).

O processo educacional estabelecido na sociedade capitalista, que impinge a educação para o trabalho e diante dessa premissa justifica a diferença do processo educacional entre classe social.

Quando a discussão está entorno da realidade da sociedade capitalista, estamos falando de uma sociedade permeada por contradições¹⁶ e antagonismos. As contradições expressas na sociedade capitalista especificam os contrários. Os aspectos que constituem as particularidades das relações sociais, que são constituídas por relação de poder. A categoria de análise “poder” é bastante discutida por Foucault (2010), que afirma serem nas relações de poder, as relações sociais e econômicas são as principais motivadores que proporciona a manutenção e permanência dos poderes constituídos socialmente (Foucault, 2010).

Essa discussão de como se dá a relação do capital com o indivíduo, e consecutivamente a relação de poder, o capitalismo viabiliza mecanismo de explicar e propor condições onde o sujeito não se entenda como explorado, ou ainda, justifica de forma a manter a alienação. Meio de permanecer a alienação que utiliza como mecanismo que o sustenta a educação.

Então, eis que a categoria de análise, capital humano, passa a permear a relação de trabalho, onde se estabelece que o indivíduo além de produzir lucro ele é o próprio lucro, e como ele se torna o próprio lucro? Pelo conhecimento adquirido, pela sua formação educacional.

O conjunto de postulados básicos da teoria do capital humano teve profunda influência nos (dês)caminhos da concepção, política e pratica educativa no Brasil, sobretudo, na fase mais dura do golpe militar de 1964 anos 1968 a 1975 (FRIGOTTO, 2003 p. 43).

¹⁶ **Contradição:** o conceito possa ser usado como uma metáfora para qualquer espécie de dissonância, divergência, oposição ou tensão, ele assume um significado particular no caso da ação humana (ou, mais geralmente, de qualquer ação orientada para um objetivo), onde especifica qualquer situação que permita a satisfação de um fim unicamente às expensas de um outro, isto é, uma conexão ou coerção. [...] a Contradição lógica formal é uma espécie de contradição interna, cuja consequência para o sujeito é a indeterminação axiológica (BOTTOMORE, 2001).

Portanto falar de cidadania e educação é pensar em uma sociedade onde todos têm o direito ao processo educacional sem limitações que são expressos na realidade econômica da família.

Sendo assim buscamos elucidar se o processo educacional e o processo e trabalho não são categorias antagônicas e sim ontológicas e que ambas podem, e muitas vezes, são mecanismos para o exercício de cidadania.

No próximo capítulo estaremos discutindo sobre a educação e trabalho e como elas se relacionam no processo educacional.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES SOCIAIS EDUCATIVAS E EDUCAÇÃO FORMAL

3 EDUCAÇÃO E TRABALHO CATEGORIAS ONTOLÓGICOS

O processo educacional e o trabalho quando discutidos isoladamente pode parecer antagônicos e não constitutivos da formação e apropriação das relações instituídas socialmente.

Nesta dissertação, o trabalho e educação serão abordados como categorias ontológicas, que se revelam nas relações sociais estabelecidas, as mais simples, principalmente na vivência familiar que é um processo de aprendizado, e promove o processo de trabalho.

Frigotto (2003), ao discutir as relações sociais constituídas, afirma que: o processo educativo é arquitetado para conter as diferentes relações e práticas sociais. Pois na sociedade capitalista a escola é um espaço de lutas hegemônicas, sendo assim formada de relações sociais.

Quando se fala em educação formal, em grosso modo, nos leva a pensar sobre a formação para o trabalho. Um dos motivos que nos induz essa percepção é a própria LDB/1996 que estabelece em seu artigo 1º que a educação vise à qualificação para o trabalho¹⁷, não significa ser este seu objetivo principal, como muitas vezes se tenta reduzir suas funções.

O Estado ao negar que as necessidades das relações sociais constituídas exijam que as pessoas estejam cada vez mais preparadas para o trabalho, é uma falácia, pois é possível identificar que uma das formas de se conseguir a qualificação e condições de manutenção no trabalho é por meio da educação. Entretanto, o desenvolvimento intelectual, social e profissional da pessoa implica muitas outras dimensões, o que não significa que este seja o seu principal objetivo, mas sim, que o processo educacional é um elemento para a formação da vida do indivíduo.

¹⁷ Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, 1996)

Neste sentido o desafio é construir uma pedagogia que leve o aluno a um conhecimento verdadeiro, científico, que lhe possibilite uma formação e posse do conhecimento acumulado pela humanidade e, assim, possa participar das lutas de seu tempo, possa contribuir para a transformação da sociedade. E isto só pode ser feito se o conteúdo, o saber escolar, estiver em continuidade com a realidade dos alunos e ao mesmo tempo lhes forneça elementos para uma ruptura com a ideologia dominante. (SILVA,2011.p.153)

Como abordava Gramsci (1980) o processo educacional deve ser pensado de forma a agregar todos os elementos constitutivos da vida social do sujeito, que a educação e cultura são inerentes, assim como educação e trabalho. Deve-se pensar o processo educacional e trabalho, em vez de educação para o trabalho, como a sociedade capitalista tenta demonstrar.

Na leitura da educação para a formação da vida social do indivíduo, nos dispusemos a levantar elementos da relação trabalho e educação apreendidos pelos estudantes do Colégio Estadual João Barbosa Reis, uma escola pública, da região metropolitana da capital do Estado de Goiás, onde a maioria dos estudantes, filhos de trabalhadores, que estão vinculados ao trabalho não formal e doméstico.

No sistema capitalista, a categoria trabalho não formal e trabalho doméstico são reificadas¹⁸. A primeira, coisifica as relações sociais de produção tornando a força de trabalho uma mercadoria, e ainda o próprio homem, torna-se mercadoria. A segunda é a própria mercadoria como valor de troca, e quem a consome passam a ser mais valorizado, tem força de trabalho mais qualificada.

Marx (1996) atesta que trabalho e educação mantêm uma estreita relação, e assegura que ao tomar o poder o trabalhador tornaria a educação pública e gratuita a todas as crianças, e não mais seria permitido o trabalho de crianças nas fábricas. Marx (1996) dizia que é prejuízo para a infância iniciar a vida de trabalho enquanto crianças. Porém ao apreender o ofício, desde que respeitando a condição de meninice, poderia ser benéfico se levado em consideração que ela está em processo de aprendizado. O autor (1996) diz que o trabalho de caráter formativo é o grande gargalo da formação educacional. No caso, o capital promove a dicotomia entre educação escolar e educação extraescolar, como se o aprendizado fora do universo educacional formal não fosse processo educativo.

A integração entre o ensino e o trabalho pode ser um mecanismo de saída da

¹⁸ A reificação é um caso “especial” de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista [...]é uma forma superior, isto é, a forma mais alta de alienação. (BOTTOMORE.2001,p.314-316)

alienação crescente, a partir da percepção que o homem tenha sob a relação social o qual está inserido. Essa percepção do homem na sociedade inicia-se na infância. Marx (1996) afirma que o tripé básico da educação para todos é o ensino intelectual (cultura geral) desenvolvimento físico (a ginástica e o esporte) e aprendizado polivalente (técnico científico). Marx (1996) levanta o questionamento em torno da especialização precoce direcionada à profissionalização da classe trabalhadora. Como uma etapa precoce do desenvolvimento intelectual do sujeito, o qual só contribui para a alienação.

Portanto, Marx (1996) em seus escritos, não afirma que a educação e trabalho deviriam ser dissociado, ele coloca que as condições alienantes do trabalho e a exploração da mão de obra é que são elementos que impedem aos indivíduos se conhecerem no processo de produção e se perceberem enquanto indivíduo social.

O conhecimento, ou o processo educacional científico, é importante para o desenvolvimento do trabalho, e este não deveria ser dividido socialmente como acontece no sistema capitalista, onde o trabalho científico é pensado e direcionado para o dono do “capital” enquanto que para o trabalhador o processo educacional é pensado para que ele tenha conhecimento técnico operacional da atividade que ele vai desenvolver, sem conhecimento crítico da sua ação no processo de produção e da sua condição de exploração.

Diante dos elementos de análise levantados, é possível afirmar que trabalho e educação são categorias de análise ontológicas, ou seja, categorias de natureza comum, inerentes a todos os indivíduos. Elas são o cerne da estrutura capitalista. Porém ambas são manuseadas de forma diferente de acordo com os interesses do capital.

Durante a pesquisa quando se faz a pergunta “A educação contribui para a constituição das relações sociais?” A entrevistada (S, 2012) afirma que:

A escola te faz falar melhor, se expressar melhor, por exemplo se você vai procurar emprego e chega ignorante, ninguém vai te dar emprego. Aqui na escola a gente aprende a falar melhor. A escola tem tudo a ver com a vida lá fora.

A fala da entrevistada mostra quanto os estudantes, principalmente os que iniciaram o processo educacional tardio, ou por algum motivo tiveram que abandonar as aulas no processo educacional formal, percebem a antologia dos processos, ou

seja, os próprios estudantes percebem que a permanência no mercado de trabalho ou a inserção nele, está ligada ao processo educacional.

As bases do embate da concepção e prática educativa, na perspectiva de uma formação humana dentro dos interesses unidimensionais do capital e da luta por formação omnilateral ou politécnica.

Na sociedade capitalista onde o lucro é o objetivo das ações, quando se fala em educação, não seria diferente, pois o processo educacional também é encarado como mercadoria. O que leva a uma discussão sob a categoria que une a perspectiva da educação e capital de forma sutil, colocando de maneira que não provoque reação contrária, essa teoria, e a do capital humano, onde o desenvolver das capacidades teóricas também são considerados mercadorias. Portanto quem se apropriar mais do conhecimento tem mais mecanismos para negociar, ou seja, vender a mão de obra agregada ao conhecimento adquirido.

Diante da discussão das categorias educação e trabalho, após a Segunda Grande Guerra, autores como Smith (1996) e Mill (1983), passaram a discutir a Economia da Educação, a qual define educação como fator de produção, a teoria do capital humano.

A teoria do capital humano é uma esfera particular da teoria do desenvolvimento. Marcada pelo contexto em que foi produzida. [...] é muito mais uma teoria da modernização do que uma teoria explicativa do desenvolvimento capitalista, isto é, das bases materiais e das condições sociais em que assenta o processo de produção e reprodução das formas sociais capitalistas (FRIGOTTO, 2003. p. 40).

Diante desta perspectiva de capital humano, mais uma vez, a sociedade empobrecida fica em desvantagem, para assegurar a relação de trabalho formal, com garantias legais, pois o acesso ao processo educacional para se obter o dito capital humano, continua sendo dual, onde a formação para o trabalho, para as pessoas pobres, ainda é visto como trabalho não científico e sim trabalho mecânico.

A formação para o trabalho é uma resposta as indagações sobre o que o capital exige da mão de obra qualificada. O trabalhador passa a ser a mercadoria, onde o indivíduo é preparado pela educação e passa a dar lucro ao capital.

O momento de reestruturação produtiva, o qual acontece uma exclusão social pelo mercado, no que se refere a escolha de profissionais com conhecimentos específicos, que ocorre nos países “em desenvolvimento”, como o Brasil, aspectos

que sucede com implantação da reforma educacional, com o intuito de promover formação e mão de obra. (PINO,2002).

Perante esta premissa, podemos levantar a indagação que a consolidação da LDB/1996 tem a pretensão de assegurar a divisão social.

Ao abordar a relação de trabalho e educação, tem-se como objetivo exemplificar as contradições existentes entre as duas categorias. Onde na maioria da população empobrecida o processo de educação formal faz parte da vivência dos indivíduos por um curto período de tempo. Pois, ao chegar à adolescência a necessidade do sustento para contribuir na renda familiar passa a ser obrigação, e o processo educacional é colocado em segundo plano, ou abandonado, sob a alegação que o trabalho impossibilita que o adolescente se envolva com marginalidade. Argumentação que favorece a manutenção do exercito de reserva Marx (1999).

Educação e trabalho quando pensada de forma dicotômica produz distanciamento entre as categorias, o qual atende as prerrogativas do capital, porém a proposta deste trabalho é elucidar que estas categorias (trabalho e educação) estão interligadas, pois não se pode falar em formação e educação sem ilustrar a categoria trabalho. Portanto é de responsabilidade dos agentes da educação de desmistificar a condição de dicotômica.

Diante destas análises, procedeu-se um estudo sobre as relações sociais dos estudantes do Colégio Estadual João Barbosa Reis, conforme será exposto a seguir.

3.1 COLÉGIO ESTADUAL JOÃO BARBOSA REIS: ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA SOCIAL.

O Colégio João Barbosa Reis localiza-se no bairro Madre Germana I, é um bairro que teve seu início a partir de uma área de posse, viabilizada pelo governo do estado de Goiás, que “doou” lotes para as famílias cadastradas no movimento pela casa própria na cidade de Goiânia.

O bairro é dividido em dois: Madre Germana I e II, sendo que o I no município de Aparecida de Goiânia e o II no município de Goiânia. Os bairros são divididas pela GO-060. O colégio João Barbosa Reis, onde foi realizada a pesquisa empírica desta dissertação, está localizado no município de Aparecida de Goiânia.

O Bairro Madre Germana I, na cidade de Aparecida de Goiânia, surgiu em 1997, final da expansão de assentamentos urbanos que acontecia na região metropolitana de Goiânia como resposta de movimento social por moradia em Goiânia. Desde 1990 o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia (MNLN) promovia reuniões periódicas, assembleias, manifestações em toda a cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, que mobilizavam milhares de pessoas. Essas pessoas foram cadastradas nesse Movimento, culminando em diversos assentamentos urbanos realizados nos municípios da região metropolitana, principalmente nos dois maiores, e mais próximos da capital, Aparecida de Goiânia¹⁹ e Senador Canedo, (Borba, 2004). Esses assentamentos foram promovidos pelo governo do Estado com apoio das Prefeituras desses municípios.

Para a área de posse, Madre Germana I, foram transferidas aproximadamente 4000 famílias, que foram morar em barracas de lona, já que por terem sido “beneficiadas” com os lotes tinham um prazo de 48h para ocupar os esses espaços “doados”. Os espaços urbanos que viria a serem as novas moradias de mais de 4000 famílias não contava com o mínimo de infraestrutura necessária para legalização de um loteamento.

As famílias que foram morar no novo bairro, que se iniciava a partir de um assentamento urbano, passaram por anos com estigma de “bairro onde só morava bandido”. Sendo um dos mais violentos da região metropolitana de Goiânia, com altos índices de mortalidade de jovens por arma de fogo.

Com altos índices de mortalidade de adolescentes e jovens por arma de fogo, violência sexual e tráfico de drogas. Aspectos que colocam as crianças e adolescentes em situação de risco social. Por conta da realidade social presente no bairro, e da necessidade, o primeiro equipamento social construído no bairro Madre Germana I, foi o Colégio Estadual João Barbosa Reis, que representava, além de espaço educacional, espaço de convivência social, e reuniões dos moradores onde se organizavam para reivindicar e assegurar seus direitos, ou seja, um espaço de socialização de articulação.

A mobilização da comunidade trouxe, o posto de saúde, asfalto, água tratada. Porém não foi construída uma escola municipal, para atender as crianças no Ensino

¹⁹ No município de Aparecida de Goiânia, iniciaram nos anos de 1980/1990 e na primeira década de 2000, sete assentamentos urbanos: Nova Cidade; Jd. Tiradentes; Independência; Cidade Livre; Colina Azul; Rosa dos Ventos, Madre Germana I. FONTE: SECPLAM/Aparecida de Goiânia

Fundamental. O que se tem no Bairro é extensão da Escola Municipal Jardim dos Ipês²⁰. Essa situação fere a garantia de direitos da criança e adolescente estabelecido pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA,(BRASIL, 1990) e Lei e Diretrizes de Base da Educação - LDB (BRASIL,1996) que assegura o atendimento de crianças na política de educação próximo ao seu domicílio.

A garantia de direito sociais de crianças e adolescentes, perpassa por todas as políticas públicas previstas na Constituição Brasileira. (1988)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com base no que está previsto na Constituição Federal de 1988 e posteriormente no Estatuto da Criança e Adolescente 1990, por meio da Lei nº 8069/90. (BRASIL, 1990) A Educação é uma política pública que deve ser assegurada a criança e o adolescente. Assim procurar-se-á apreender via observação participante a efetivação da política pública de educação e as relações sociais que foram construídas no espaço educacional em Aparecida de Goiânia-Goiás, mais especificamente, no Colégio Estadual João Barbosa Reis, no Bairro Madre Germana I.

Este trabalho tem o intuito de discutir sobre como as relações sociais se estabelecem no espaço educacional e como os professores conseguem lidar com a realidade social dos estudantes nessa região onde as contradições são expressas e contundentes.

Neste sentido, pretende-se com esse trabalho levantar as contradições nas relações sociais constituídas entre professores e estudantes, famílias, funcionários, gestores e diretor da escola pública. E como essas contradições podem interferir no processo de ensino e aprendizagem, pois acreditamos que a formação acadêmica não é um processo único formado apenas pela formação formal.

A escola foi construída, antes das estradas que dão acesso ao bairro Madre Germana I, esse, um dos motivos que dificultavam a aceitação dos professores

²⁰ A Escola Estadual Jardim dos Ipês, esta localizada no Bairro Jardim do Ipê, que fica a 6 km, do Bairro Madre Germana I, sendo esta a única escola pública municipal que oferece ensino fundamental no raio de 20 km na região do Bairro Madre Germana I. Por conta da demanda e da distância do Bairro Madre Germana I, da escola municipal, a Secretaria Municipal de Aparecida de Goiânia, alugou um galpão onde funciona 4 salas de aula para atender parte da demanda da ensino fundamental como extensão da Escola Municipal Jardim do Ipês.

efetivos da Secretaria de Estado da Educação para trabalhar no Colégio. Outro motivo era o medo, pois o bairro era conhecido pelo alto índice de violência. Esses aspectos dificultavam o Estado a designar professores e funcionários para desenvolver suas atividades na escola, dentre outros, foi um dos motivos que levou o Estado contratar de forma provisória os profissionais, muitos destes sem formação acadêmica adequada para ministrar aulas.

Para ser profissional do Colégio João Barbosa Reis, o Estado só exigia a disponibilidade para trabalhar na região, não havia a preocupação com a qualidade da formação dos professores, nem com o tipo de aula que eles poderiam ministrar.

Em 1999 foi criada a Universidade Estadual de Goiás- UEG²¹, na qual constava o programa: “Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação: Projeto Licenciatura Plena Parcelada”. O objetivo do programa era capacitar os professores da rede estadual e municipal, que não contavam com curso superior, para cumprir a determinação da LDB (BRASIL, 1996), que estabelecia tempo máximo para que os professores atendessem a formação nas áreas de atuação. (UEG, 1999)

Com o programa os professores e trabalhadores das escolas estaduais, mesmo, com contratos provisórios, submetem-se ao vestibular que era disputado entre os seus pares na modalidade Licenciatura Plena Parcelada - LPP. Assim, muitos tiveram o acesso ao curso superior, tornando-se profissionais, da educação, pois tinham apenas o curso de magistério, ou ainda, sem formação para professor, mas com habilidades pedagógicas, adquirida na própria escola com os colegas.

A fala do profissional da escola que iniciou a dar aulas no Colégio Estadual João Barbosa Reis, aos 19 anos, antes mesmo de iniciar um curso superior, ele era professor de matemática, e quando foi aceito em um vestibular da UEG, só havia vaga para o curso de letras, o qual fez, mas, sempre deu aulas de matemática. O professor que em 2012 assume um cargo de coordenação no período noturno, continua na modalidade de contrato especial, ou seja, ainda não é profissional

²¹ O Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação: Projeto Licenciatura Plena Parcelada foi criado na UEG em 1999 para capacitar os professores das redes estadual, municipal e particular de Goiás em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. o objetivo principal é propiciar melhores condições para o exercício profissional no campo da docência e gestão escolar, contribuindo para a transformação nos campos social, econômico, cultural e humano do cidadão. As atividades administrativas da reitoria, pró-reitorias de graduação, pesquisa e pós-graduação e extensão, cultura e assuntos estudantis, além das diretorias e gerências também estão de volta a partir de hoje com expediente normal, depois de um recesso de 15 dias. <http://www.ueg.br/conteudo/633>
<http://www.saomiguel.ueg.br/?pag=apresentacao> . 23/07/2012. 12h18m

efetivo da secretaria de educação. O seu contrato provisório por conta da particularidade de concordar em trabalhar no período noturno, vai se prolongando há 13 anos.

Esta realidade que, com certeza é também de outras escolas goianas, demonstra a necessidade que se tem em manter o quadro de profissionais. O principal objetivo da escola é se manter aberta, a qualidade educacional diante do exposto, é uma consequência.

A falta da formação para ministrar as aulas atrapalhava um pouco para alguns professores, porque não conhecia bem as disciplinas, aí, prejudicava o aprendizado dos alunos, mais tem um lado positivo, era que os professores conheciam a realidade do bairro, assim sabiam entender a realidade e atender no aspecto social dos estudantes. (entrevistado "A", 2012)

A relação de exploração da mão de obra e mercantilização da educação é vista também na prática dos próprios professores. O Estado estava sendo forçado a manter aberto e funcionando o Colégio João Barbosa Reis. Diante da necessidade, a condição na qual esses profissionais desenvolvem suas atividades, muitas vezes sem o mínimo de condições físicas e técnicas não se configura como parte determinante para pensar a qualidade de ensino oferecido no colégio Estadual João Barbosa Reis. Para justificar sua ação, é utilizada a necessidade do funcionamento do Colégio e a demanda da região. Os profissionais, as maiorias do próprio bairro, com dificuldade de conseguir outro emprego, acabam aceitando a função, e concordando em realizar um curso superior, gratuito, mesmo que esse não seja de sua preferência.

No ano de 2012 no período matutino no universo de 27 profissionais da educação, apenas oito eram concursados e todos realizam atividades administrativas. Nas salas de aula não há nenhum professor concursado. Neste período, a escola oferece do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Período de formação dos estudantes para disputa de uma vaga em uma universidade. Porém, diante do resultado da pesquisa os estudantes que chegam ao 9º ano ainda não pensam em prestar vestibular, ou já falam que só querem terminar o fundamental, para poder trabalhar.

A pesquisa realizada com as famílias dos estudantes possibilitou perceber que a maioria dos pais ou responsáveis, não terminaram o ensino fundamental.

Aspecto que principalmente os mais jovens alegam para também não permanecer no processo educacional formal.

Estas características apropriadas durante o período da pesquisa nos leva a perceber que o processo educacional no Colégio João Barbosa Reis é bastante complexo, onde as relações sociais constituídas são permeadas por melindres provocados pela vivência tanto dos estudantes como pela realidade do quadro docente, são aspectos que podem provocar a dificuldade de socialização dos estudantes e a continuidade dos professores no processo educacional pela situação a qual estão condicionados.

Para melhor entender as relações professor, família, estudante abordaremos estas questões no próximo item.

3. 2 FAMÍLIA E ESCOLA

O tema que discute a relação social constituída entre família/Escola vem despertando interesse de diversos pesquisadores em varias áreas de conhecimento das ciências sociais aplicadas. A pedagogia se dedica a discutir a necessidade da aproximação entre família e escola na perspectiva de promover o melhor rendimento acadêmico e produtividade educacional,

A família como impulsionadora da produtividade escolar e do aproveitamento acadêmico e o distanciamento da família, podendo provocar o desinteresse escolar e a desvalorização da educação, especialmente nas classes menos favorecidas (DESSEN, 2005.p. 304).

A pedagogia como ciências sociais aplicadas, espera que com relação de cumplicidade entre a comunidade educativa o processo de aprendizado tenha maior eficiência, pois em muitos casos escola atribui à família a maior responsabilidade pelo fracasso escolar, como também os méritos pelo bom desenvolvimento acadêmico (ARROYO,2001). É uma forma de não visualizar as questões intrínsecas no processo educacional, entretanto, os responsáveis pelo desempenho dos estudantes são atribuídas a eles mesmos.

Para o Serviço Social, a discussão gira em torno da política pública, e que o processo educacional vai além da educação formal. O processo educacional é mais amplo, como prevê a própria LDB (BRASIL,1996).

Para o Serviço Social, a discussão sob o processo educacional está embasada na garantia dos direitos, e não com perspectiva pedagógica, pois está na sua área de atuação de conhecimento.

Se na LDB/1996 a educação é pensada para promoção da liberdade de ideias e para o preparo da cidadania, não é possível pensar uma educação deslocada das relações sociais, compostas pela família e sociedade.

No Colégio Estadual João Barbosa Reis, a maioria dos professores afirma que a família não se interessa pela vida acadêmica dos seus filhos e que participa apenas dos momentos festivos na escola, e quando convidados, ou convocados para comparecer à escola, e mesmo assim, muitas vezes não vão. Segundo a coordenadora do turno matutino, na escola só aparecem os pais dos alunos que não são “problema”. A professora afirma que as famílias não participam da vida escolar dos filhos.

Por outro lado, as famílias entrevistadas afirmam que a escola dificulta a presença deles no seu espaço, eles se sentem sem a abertura para participar da vida acadêmica na escola, que só são convidadas a participar em momentos festivos. Quanto aos adolescentes de 7ª ano em diante, nem para pegar as notas eles são convidados. Não há reuniões de pais na escola, e quando acontece algo com seus filhos, eles são chamados e responsabilizados, e muitas vezes acreditavam estar tudo bem, e não estava, e eles são os últimos a serem avisados da situação muitas vezes conflituosa de seus filhos na escola.

O relato tanto dos professores e coordenadores como dos pais demonstra que as relações escola e família, apresentam dificuldades, como se não tivessem como se comunicar, ou seja, é possível perceber uma dificuldade de comunicação, como se fossem elementos distintos.

Essa falta de comunicação, ou a dificuldade dela, aparece na pesquisa. E a análise realizada com base em uma práxis dialética nos leva a perceber que tanto a família quanto os professores estão tão envolvidos em suas atividades cotidianas, que, os aspectos que saem da rotina, tornam-se desconfortáveis, e no primeiro momento a ação dos sujeitos é de se afastar das contradições para não acumular mais questões, para professores e familiares, que já se encontram muito conturbadas. É uma alternativa relativamente mais simples, porém, as contradições e as dificuldades de ensino e aprendizagem dos estudantes, muitas vezes, fazem com que a dificuldade de aprendizagem e as relações sociais na escola se intensifiquem.

A realidade da escola mostra uma postura positivista, fatalista, mesmo com uma educação pensada de forma teoricamente dialética, como se preconiza os principais teóricos educacionais defendidas por Saviani (2007), Gentili, Frigotto (2002), Arroyo (2011) entre outros. A realidade nas escolas públicas, neste caso do Colégio João Barbosa Reis, não se apresenta com os princípios pedagógicos da dialética, onde o processo educacional respeita a vivência social do estudante. Os motivos podem ser inúmeros, o que a pesquisa nos possibilitou perceber, que entre eles esta a falta por parte dos professores do conhecimento do Projeto Político Pedagógico - PPP. Nenhum dos professores entrevistados tem ciência desse projeto, e afirmam que não participaram da construção dele.

Diante da resposta dos professores a pesquisadora pergunta como eles norteiam as suas aulas, pois a proposta do PPP é dar esse suporte teórico as ações desenvolvidas na escola. A resposta é que eles desenvolvem as atividades solicitadas pela coordenação, isso quando coletivas, e as atividades programáticas pedagogicamente eles utilizam as determinações vindas da Secretaria Estadual da Educação.

Portanto, as atividades ditas de socialização e confraternização entre professores e família, são impostas pela coordenação, motivo que pode ser a causa do distanciamento entre professores e familiares, pois as ações coletivas acabam sendo deslocadas das rotinas pedagógicas e assim não assimiladas pelos agentes que desenvolveram estas ações.

Outro suposto motivo do distanciamento família e professores pode ser a realidade social vivenciada pelos professores, pois estes, devido à rotina e ao acúmulo de atividades não tem como promover o espaço de conversa com os pais, pois todos os professores entrevistados trabalham em outras escolas. A atividade de conversa com as famílias sobre a vivência dos seus filhos no colégio é da coordenação pedagógica, que além de desenvolver essa tarefa, tem também, como atribuição acompanhar o processo educacional, por meio de avaliação e adequação do plano de ação dos professores ao currículo escolar e ao projeto pedagógico, além de atender aos professores no que se refere a disciplina dos alunos.

Ao pesquisar a realidade das famílias, o elemento que mais aparece como dificultado ao acompanhamento dos filhos é o tempo, pois os familiares que estão empregados saem de casa por volta das 5 horas da manhã e retornam no início da noite, por volta das 20 horas. As famílias que não estão empregadas apresentam o

número grande de filhos, e a escolarização dos pais e responsáveis, não chega a conclusão do ensino fundamental, aspecto que merece uma análise cuidadosa, e uma pesquisa específica, a qual neste momento não foi possível, pois o objeto não abarcava essa temática.

Outra questão que chama a atenção é que entre os pais e responsáveis que não estão no mercado de trabalho, é que eles acreditam por não ter o conhecimento acadêmico dos professores, que sua contribuição pode atrapalhar a vivência na escola, e confiam nos professores e afirmam que os eles sabem o que estão fazendo, e que os pais e responsáveis, não têm muito que contribuir na escola, pois não possuem conhecimento suficiente para intervir na vivência da escola, no que se refere a relação professor e aluno.

Portanto, acredita-se que os motivos do distanciamento família e escola podem ser inúmeros, porém a pesquisa nos ilustra que a realidade profissional, cultural, econômica, e social, tanto dos professores quanto das famílias, são os principais aspectos que dificultam a aproximação dos sujeitos na formação educacional de crianças, adolescente, jovens e adultos no colégio Estadual João Barbosa Reis.

Essa dificuldade de interação escola e família refletem diretamente na relação professor, estudante. Assunto que será discutido a seguir.

3. 3 RELAÇÕES ESTUDANTE E PROFESSORES.

Durante a pesquisa foi possível observar, o movimento verbal e físico dos professores para com os estudantes e a resposta dos estudantes para com os professores, e ainda perceber que, os professores, têm dificuldade de visualizar o aluno como ser social permeado por relações sociais.

A pesquisa realizada em quatro salas de ensino fundamental no turno vespertino²², e outras três no matutino. A que possibilitou a pesquisa do 3º ao 9º ano do ensino fundamental. No período noturno estivemos nas salas de ensino médio e uma de Educação para Jovens e Adultos - EJA.

Nas salas de 3º anos do Ensino Fundamental, no período vespertino os estudantes estão na faixa etária de oito a dez anos, com minoria de estudantes fora

²² Dentro das salas de aula no período vespertino, onde a escola tem matriculado principalmente crianças e adolescentes, pois a escola neste período conta apenas com o Ensino Fundamental de 3ª a 6ª ano.

do que os professores chamam de “alinhamento idade série”. Foi possível perceber que os estudantes fora desse “alinhamento” apresentam mais dificuldades de aprendizagem, e os professores, não tem um cuidado com essas particularidades. Se os estudantes não acompanham a turma, eles ficam prejudicados e são excluídos do processo.

Para conhecer melhor as relações sociais constituídas entre os estudantes, professores e família, foi realizada a pesquisa com as famílias dos estudantes. Os estudantes foram sorteados para participar da pesquisa e, entre eles, está uma fora do “alinhamento idade serie”. A família é migrante da região norte do país, onde não havia escola e ela só iniciou o processo educacional no ano de 2010, quando estava com dez anos, sendo a mais velha de quatro irmãos. “S”, hoje com 12 anos, é responsável pelos irmãos e dos cuidados domésticos enquanto a mãe esta para o trabalho de diarista. A menina diz que não tem tempo de fazer as tarefas e não sabe fazer sozinha. Sua mãe, por ser analfabeta não consegue auxiliar nas atividades escolares.

A família destas crianças é cadastrada e “beneficiária” do Programa Bolsa Família, o qual tem como condicionante a matrícula e frequência escolar. E a menina sabe disso, e afirma.

Eu não gosto de estudar, eu estudo porque se não minha mãe não recebe o bolsa, aí agente vai passar muita falta das coisas. Eu venho aqui, mas não aprendo nada, sou meio sem ideia pra essas coisas. Igual minha mãe que também não aprendeu a ler. (S, 2011)

Quando perguntado a “S” o que ela mais gosta na escola ela responde, que gosta de brincar, porque em casa ela não pode (S, 2011).

Durante o período de pesquisa, “S” chama a atenção, pois realizava atividades diferentes, e era tratada pela professora como se tivesse alguma deficiência, porém com os colegas era falante e sua fala coerente, e muitas vezes adulta para a idade, o que demonstrava uma vivência não pertinente a uma criança. Mas no que se refere às atividades pedagógicas ela, começava e logo desanimava. E iniciava os “passeios” pela sala, e as conversas e brincadeiras com os colegas. Em reação a postura da aluna, a professora logo a convidava para se retirar da sala, chamando pela coordenadora para ficar com a menina em outra sala, onde, segundo as crianças era para quem não sabe ler.

Ao retirar a criança da sala de aula, a professora coloca a criança em situação vexatória diante os colegas, impede que ela tenha o direito a educação assegurado, excluindo-a. Estes elementos ferem o ECA, porém, a professora e a escola dificilmente conseguem assimilar essa violação de direitos, pois existe um distanciamento entre professor e estudante que vai além da prática pedagógica.

A postura de retirar a estudante que está “atrapalhando” o desenvolvimento da sala de aula é uma atividade comum entre os professores, na perspectiva de continuarem as atividades programáticas na sala de aula. Arroyo (2000) discute sobre o distanciamento entre professores e alunos, que ele caracteriza como desumanização das relações, pois ele afirma que tanto estudante quanto professor não se reconhecem nesta relação.

Distanciamento entre mestres e alunos impede o desenvolvimento humano de ambas as partes. Diminuir essa distância é o maior desafio das instituições, e talvez seja este o ponto de partida para uma reconstrução da imagem do mestre. Essa matriz pedagógica deve ser recuperada ou construída (ARROYO, 2000. p. 64).

A leitura do autor (2000) ilustra as condições objetivas onde o professor é submetido por conta das exigências de assegurar números que elucidem a qualidade educacional de forma quantitativa subjugando os aspectos qualitativos. O que provoca o que o autor (2000) denomina de desumanização.

Quando Gramsci (1980) fala de uma “nova escola” ele levantava que a escola deveria ter condições de atender todos os sujeitos e estes serem agregados ao processo com respeito a suas realidades, uma escola igualitária.

Pistrak (2011), autor marxista, que escreve sobre a escola do trabalho, em seus escritos fala de uma transformação necessária no interior da escola principalmente no que se refere às relações professor e estudante.

Para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta alterar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente como os novos objetivos de formação de cidadãos capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade (PISTRAK, 2011, p.8).

A realidade das escolas públicas, tanto no que se refere à estrutura física quanto ao quadro de profissionais, dificulta à consolidação de uma “nova escola” a

proposta de uma escola igualitária, que se torna utópica até dentro da mesma sala de aula. Um exemplo foi o caso da estudante “S” que é excluída do processo educacional de forma sutil, pois os agentes educacionais e a própria família não percebem essa exclusão, responsabilizando a própria criança pela dificuldade de aprendizagem. A entrada tardia no processo educacional, e a condição social da família são elementos tanto para justificar as ações de excludente e discriminatórias quanto para manter esse processo educação brasileira.

Em outra sala de aula, esta de quarto ano do ensino fundamental, também no período vespertino, a professora, chega a sair da sala, alegando não aguentar a “bagunça”, passa todo o período das aulas de costas para os estudantes, lançando o conteúdo programático no quadro, sem acompanhar os estudantes na realização das atividades. Como eles não escrevem, conversam entre eles, e alguns chegam a levar brinquedos e sentam no chão para brincar. A professora em nenhum momento chegou perto dos estudantes para acompanhar as suas atividades. A sala tem 25 estudantes, com faixa etária entre dez a 12 anos.

Diante desta realidade, foi aplicado um questionário com essa professora. Sua realidade não é diferente da maioria dos demais professores entrevistados, trabalha em outras duas escolas, mora em Goiânia, e está contratada temporariamente. É formada em pedagogia por um curso a distância, que cursou por já trabalhar com o magistério há muitos anos.

Para muitos professores o processo de ensino e aprendizagem das crianças é mera consequência, o objetivo é ministrar sua aula, passar o conteúdo programado e seguir sua jornada de trabalho. Não percebe a exploração da sua mão de obra. A relação professor e aluno demonstra a manutenção dos paradigmas que educação dual, onde a formação educacional para os empobrecidos é de responsabilidade dos estudantes, e se estes não conseguem assimilar as aulas dos professores são culpabilizando por isso.

Quando perguntado à professora o que ela acredita contribuir com a realidade vivenciada pelas crianças, ela responde. *“eu faço o que eu posso, mas esses meninos aqui não querem nada com nada”* (M, 2012).

Diante da fala da professora pode-se fazer uma leitura que a vivência das crianças não faz parte da proposta pedagógica. A professora como afirma Arroyo (2000) não se percebe como mestre. Neste momento é importante lembrar que os estudantes estão na faixa etária de dez a 12 anos

A pesquisa demonstra que as relações família e escola são dificultadas, pois, as famílias acreditam que o processo pedagógico é de atribuição da escola, e a escola por sua vez que a vivência social dos seus estudantes sai da sua atribuição.

Gohn (2006) discute que a formação educacional perpassa pelas relações sociais e pedagógicas, pois a educação informal, adquirida no convívio familiar e comunitário deve ser agregada ao processo de letramento.

Esta pesquisa não tem o objetivo de dar respostas, mas de levantar elementos que poderão contribuir no processo de ensino e aprendizado das crianças e adolescentes, jovens e adultos estudantes de uma escola de região periférica, onde as relações sociais são expressivas para o desenvolvimento educacional. Pois se acredita que o processo educacional é uma das principais possibilidades da sociedade com menor poder aquisitivo de permitir a transformação da realidade deles e seus familiares.

No turno vespertino o número de crianças é maior, e as professoras são pedagogas. São 14 salas de aulas, e dentre as professoras de todos os períodos, apenas uma é concursada, e dentre as entrevistadas nenhuma.

No momento da pesquisa o que chamou muito a atenção foram os momentos coletivos, pois, como os professores estavam entre eles, os seus pares, eles não tinham muito cuidado com suas falas e foi possível perceber como eles se sentem diante da realidade da escola.

Alguns dos professores nas avaliações coletivas, conhecida como “conselho de classe” chegam a afirmar não conseguir lidar com alguns alunos, por conta do comportamento deles nas salas de aula que retrata a vivência desses alunos nas relações sociais. Por esse motivo alguns professores afirmam que sua postura é de impedir que sejam promovidos para as series posteriores. Julgando que mesmo com capacidade teórica em algumas disciplinas, não tem comportamento adequado, ou por motivos particulares, como afirmou a professora “E”.

“Esses menino, o “M” por mim ele não deve passar de ano, ele me xinga, fala palavrão, não respeita nem a coordenadora.”(E,2011)

Nesse momento a diretora da escola pergunta: *“Ele sabe ler e escrever, pois ele está cursando o 6º ano, o básico ele sabe?”(N,2011)*

O professor de matemática e a professora de português, afirmam que o menino não tem dificuldades nas disciplinas deles e que é um bom aluno, um pouco “danado”, mas nada que foge do esperado.

Diante da fala dos professores de matemática e português a professora “E”(2011), afirma: *“comigo ele não passa. Vai ficar de progresso”*

Com a pesquisa foi possível perceber que alguns professores, durante a sua formação pedagógica, não se prepararam para trabalhar com crianças, adolescente e jovens, em situação de riscos e com relações familiares conflituosas e muitas vezes violenta. Esses aspectos assustam o profissional, que acaba por desistir de trabalhar em escolas da região periférica, como é o caso do bairro Madre Germana I, onde está localizado o Colégio Estadual João Barbosa Reis, em Aparecida de Goiânia.

Nestes tempos somos obrigados a mudar nossas práticas e nosso trabalho, somos levados a repensar-nos em nossa identidade profissional [...]. Nós aprendemos e vamos conformando nossas identidades docentes na própria docência, no cotidiano das salas de aula, na prática de preparar, ensinar nossas matérias. A disciplina que lecionamos em que nos licenciamos é o referencial de nossa identidade profissional [...] Se nosso foco é a disciplina, o que ensinamos e como este será o referente de nossa identidade. Mas se os alunos nos exigem pensar, dar conta de sua educação, somos obrigados a aprender o que e sempre aprendemos nos cursos de formação, de licenciatura ou pedagogia - a sermos educadores (ARROYO, 2011. p, 24).

Portanto, para assimilar a realidade social dos estudantes, os professores precisam de um olhar diferente de meros repassadores de informação e conteúdos programáticos. É preciso a clareza que cada sujeito é único, e vai perceber a aula de forma diferente. Quanto aos professores, estes, afirmam que o que falta para eles no que se refere a ministrar as aulas e nas relações sociais constituídas na sala de aula, ou seja, no processo educacional, é a formação continuada. O que se torna difícil pela vivência dos docentes, pois, durante a pesquisa, foi possível identificar que no universo empírico, os professores do turno matutino apenas os profissionais da administração (coordenação pedagógico, secretario, e diretora) são concursados, os professores em salas de aula são todos contratos temporários de 24 meses. No período matutino existem 27 professores e 10 administrativos no total, que fizeram parte da pesquisa apenas 10, sendo estes docentes e administrativos.

A realidade do período matutino não é diferente do período vespertino. O que mais chama a atenção, é que os professores, mesmo trabalhando nas mesmas condições objetivas, (salas quentes, muitos alunos com dificuldades de aprendizagem, entre outros) dos professores do vespertino, a atenção dispensada

na maioria dos professores para com os estudantes é auxiliar a aprendizagem dentro das possibilidades dos estudantes.

Essa diferença no trato quando investigada, os professores são unânimes, ao afirmar: *“no fim do dia agente tá muito cansado e não tem o mesmo pique”*. As condições de trabalho interferem diretamente nas relações estudante/professor, os professores se submetem a uma carga horária de 12 horas diárias, no fim da sua jornada de trabalho, já encontram dificuldades de assegurar a atividades programáticas. Ir além dessa condição de repassar o conteúdo exigido para série, se torna uma tarefa impossível pelas condições físicas.

Entre os entrevistados, todos afirmam que dão aulas em outras escolas nos turnos vespertino e noturno. Entre eles, sete foram graduados pela UEG - no plano de graduação plena parcelada e os outros três estão em formação no referido programa. Muitos já trabalharam como professor no Estado, e permanecem mais de 24 meses pela falta de professores para assumir salas de aula no colégio João Barbosa Reis, principalmente nas disciplinas de matemática, química e física.

No período noturno, os estudantes são adolescentes e adultos, e na sala da Educação de Jovens e Adultos – EJA são adultos e idosos.

As aulas são preparadas com conteúdo inferior à série estudada, quando perguntado o motivo, o coordenador respondeu que:

Os meninos não consegue acompanhar se agente passar o conteúdo da série deles, ai reprova todo mundo, ai agente não pode reprovar, pra ajudar, agente passa só os conteúdos mais simples do livro o que mais puxado agente não passa (A, 2011).

A turma onde estava realizando pesquisa era uma turma de terceiro ano do Ensino Médio, que deveria estar se preparando para o vestibular. Com a fala do professor, fomos falar com a diretora indagando-a sobre quantitativo de estudantes que passaram no último vestibular, ela respondeu:

Nossa, na federal? Acho que nenhum, nas particulares alguns até passam, mas não são todos que se formam. Agora com esse negocio de cotas pode até ser que vai mais gente, mas aqui eles não querem saber disso não. Não faz parte da vida deles. Muitos só terminam o ensino médio pra vê se arruma um servicinho melhor (N, 2012).

Durante a toda a pesquisa foi possível identificar que educação pública ainda

é vista de forma dual, onde o filho do trabalhador tem direito a uma educação para o trabalho, o que ele precisa é saber as atividades mecânicas do trabalho proposto, sem leitura crítica da realidade social na qual está inserido. Os professores, assim como os estudantes, compõem a classe trabalhadora, e mesmo assim, ratificam a exploração, além de ser o agente da perpetuação da condição imposta pela divisão de classe, e da alienação.

Marx (1999), afirma em seus escritos quanto à alienação do trabalho, e perpetuação dessa alienação que só poderá ser transformada com a mudança da consciência da situação de exploração e perpetuação dessa condição social. O que a pesquisa demonstra é que, para romper essa alienação, seria necessário uma proposta radical a qual não é de interesse do Estado. Sendo assim, mantendo a formação de professores de forma a cercear a análise crítica, e sustentar o agente de exploração e manutenção desta alienação.

Diante do exposto, é possível perceber que a relação de cumplicidade e de entendimento entre Escola e Família é fundamental para o bom desenvolvimento educacional seja de crianças, adolescentes, jovens e adultos independente das series que estão cursando.

Os principais agentes para o bom desenvolvimento educacional, por serem mais presentes, são professores e estudantes. Partindo da ideia de que o estudante antes de ser membro de uma instituição de ensino é membro de uma sociedade permeada por relações sociais, a família, que tem importância ímpar no processo de formação e nas relações sociais dentro do espaço escolar. Relação que será abordada com mais ênfase no próximo item.

3.4 REALIDADE EDUCACIONAL E SOCIAL DOS ESTUDANTES DO COLÉGIO JOÃO BARBOSA REIS

Na relação professor/estudante é importante considerar toda educação formada nas relações sociais fora do espaço escolar tanto pelos professores quanto pelos estudantes principais sujeitos nesse processo.

Muito é cobrado do professor no que se refere ao rendimento escolar dos estudantes. Autores da psicologia e da pedagogia vêm discutindo a necessidade das habilidades sociais específicas dos professores nas salas de aulas, principalmente no que se refere a assertividade e na empatia, pois estudos desenvolvidos por

pesquisadores da educação vem demonstrando que estas variáveis vêm influenciar diretamente nas relações sociais constituídas nas salas de aula (MEIRELES, 2009). Este é um assunto levantado no Serviço Social, que nos últimos anos vem percebendo a necessidade de alçar questionamentos sobre essas relações constituídas no espaço escolar, na possibilidade de assegurar direitos sociais.

A realidade econômica brasileira apresentada na atual conjuntura provoca uma nova dinâmica na proposta educacional, pois o professor se depara com crianças trabalhadoras, tanto no trabalho informal de rua, como também no trabalho doméstico. Muitas vezes, o único contato com a família, é no período noturno, cujo tempo para convivência familiar é restrito ao acompanhamento às atividades escolares muitas vezes protelados, por outros assuntos, ou mesmo pela falta de conhecimento ou entendimento para auxiliar na dinâmica das atividades escolares.

Os órgãos do ensino estão, em cada época, em relação com as outras instituições do corpo social, com os costumes e as crenças, com as grandes correntes das ideias. Mas eles têm também uma vida própria, ao curso da qual conservam vários traços de sua estrutura antiga. Eles se defendem algumas vezes contra as influências que se exercem sobre eles do exterior, apoiando-se sobre seu passado (BOURDIEU, 1992, p. 205).

Bourdieu (1992) expressa que as instituições educacionais têm resistências a estas mudanças e ignoram os aspectos sociais postos na nova forma da dinâmica da família. Aspectos que interferem diretamente na relação professor estudante.

O estudante do século XXI, não tem as mesmas aspirações do estudante do século passado, porém, o professor, por mais que se prepare para a docência, ele ainda espera encontrar estudantes conformados, onde a relação de poder ainda seja unilateral. Motivo dos conflitos nas relações sociais constituídas no espaço escolar. Saviani (1983) coloca que o processo educacional é um fenômeno da comunicação entre pessoas livres, porém em diferentes estágios, devido ao nível de desenvolvimento histórico, econômico, social e cultural de cada um.

Portanto, não se pode esperar na relação professor/aluno em posição igual ou parecida, com aquela constituída nos antigos Liceus, onde o estudante não tinha voz, e o “líder” detentor de todo o saber era o professor. As regras eram rígidas e se caso quebradas eram motivos até para violência física. Pois não se falava em direitos e respeito às diversidades.

No colégio Estadual João Barbosa Reis, os estudantes matriculados são em maioria, moradores do bairro Madre Germana I, com o histórico de violência. O período noturno por ter maioria de estudantes adultos pode ser o que melhor retrata a realidade social dos estudantes, pois há muitos dos pais ou responsáveis das crianças matriculadas no período matutino e vespertino que frequentam as aulas, vindo direto do trabalho, sem antes passar por casa. O contato com os professores dos seus filhos é no momento das suas aulas com os mesmos professores onde ficam sabendo da vida escolar dos seus filhos. Pessoas que não tiveram como estudar na infância e agora para poder se manter no mercado de trabalho retornaram às salas de aula.

Algumas mães levam seus filhos pequenos para as salas de aula, porque não tem com quem deixar suas crianças, no período noturno. Essas crianças acabam adormecendo em um canto da sala. Os alunos do período noturno, que tiveram a última refeição ao meio dia e aguardam o lanche da escola a qual será a última do dia. O lanche é servido também para as crianças que acompanham suas mães.

Quando perguntados sobre o que eles gostariam que mudasse na escola, um jovem de 18 anos que está concluindo o terceiro ano do ensino médio afirma:

“que não faltasse professor, porque assim não vou passar no vestibular, os professores brincam muito, dar aula mesmo são poucos que dá” (W, 2011)²³

Os professores acreditam que os estudantes não têm condições de acompanhar uma educação de qualidade, mas a fala do jovem “W” demonstra que eles percebem que são menosprezados e que com a formação que recebem será difícil chegar a uma universidade e sair da condição social que estão.

Enquanto o sistema educacional for dual, a sociedade ocidental manter a divisão de classes sócias de forma tão abrupta, serão encontrados multidões de “S” que se mantém no processo educacional por conta de um programa social que prove a alimentação da família, e “W” que resistem a um sistema cruel que o impõem a violência como única condição de sobrevivência. Segundo análises realizadas pela psicologia social (YUNES, 2003) retrata essa realidade como

²³ O pai desse jovem era traficante, e foi morto uma semana depois da entrevista. O seu irmão mais velho está preso por tráfico de drogas e seu irmão gêmeo é procurado pela polícia. Ele mora sozinho, no mesmo bairro que família para não abandonar a mãe.

resiliente²⁴, ou seja, um indivíduo que consegue fazer das dificuldades sociais um instrumento de superação.

A realidade social desses estudantes consegue retratar um pouco da vivência social dos estudantes do Colégio Estadual João Barbosa Reis. A educação como uma forma de buscar a transformação social seja ela por meio dos programas sociais que vai aproximando a educação da vivência das pessoas que nunca tiveram a educação como possibilidade. Ou pelo acesso a uma formação científica que com a política social pública vem sendo possível para a maioria da população de baixa renda.

Ainda estamos longe de uma Política Social Pública, como afirma Pereira (2010), pois a educação continua dual, estigmatizada, com as relações sociais constituídas no espaço escolar deslocadas das relações sociais e familiares, sem apreço aspectos comuns. Porém, quando o Estado afirma e estabelece que 50% das vagas em universidades públicas serão para estudantes da rede pública, ele está dizendo que algo deve ser mudado no processo educacional, e que a educação deve ser levada de forma não dual, educação pública deve ser de qualidade para todos.

²⁴ Resiliência é freqüentemente referida por processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações (Yunes & Szymanski, 2001, Yunes, 2001, Tavares, 2001) resiliência é entendida como um fenômeno comum e presente no desenvolvimento de qualquer ser humano (Masten, 2001)

CONSIDERAÇÕES

Essa dissertação teve a intenção de demonstrar a trajetória histórica da educação em seu contexto social. Expressar as contradições e dicotomias entre as classes sociais no acesso à políticas públicas.

Trazer indagações sobre as relações dentre elas a educação e trabalho, que aparecem na maioria dos trabalhos científicos como dicotômica, o que buscou-se demonstrar, por meio de referenciais teóricos, que o dicotômico não são as categorias mas a apreensão dos sujeitos em desenvolver suas ações. O processo de trabalho é permeado pelo desenvolvimento educacional seja ele formal ou informal. (GHON, 2006)

Seria uma falácia tentar desvincular educação e trabalho. Acreditamos que o processo educacional é um mecanismo que assegura a formação para o trabalho. O aspecto do trabalho que deve ser questionado é a exploração da mão de obra, e a alienação do trabalhador. A pesquisa demonstra que estes aspectos (alienação exploração da mão de obra) estão presentes tanto entre os professores quanto entre os estudantes.

O irônico, é que, a pesquisa também demonstra que para quebrar esse ciclo de alienação e exploração, o mecanismo mais adequado é a formação educacional. Os professores falam da necessidade de formação continuada, e os estudantes e familiares da importância da escola no processo social e do trabalho.

Questiona-se, será que em um futuro próximo, em uma escola pública periférica, os estudantes desta escola poderão ter acesso a uma educação de qualidade e disputar entre os seus iguais, também estudantes de escolas públicas, vagas em universidade públicas?

Ou será que o processo educacional brasileiro continuará sendo dual excludente?

São questionamentos que a resposta só poderá ser dada com uma mudança no processo educacional brasileiro. Alguns passos já foram dados recentemente, no que se refere à inserção de estudantes pobres em universidades. Porém, há muito a ser realizado para que a educação fundamental seja de qualidade.

A pesquisa falou sobre a legislação brasileira, que vem apregoando a política pública de educação como direito social. Pereira (2010) fala que o devedor deve

pagar sua dívida e pedir desculpas pelo atraso, pois bem, o Estado brasileiro, está neste processo, pagando a dívida educacional de séculos.

A pesquisa nas salas de aula, e as entrevistas com professores, estudantes, familiares, trabalhadores da escola, teve por objetivo levantar elementos que pudessem exemplificar as relações sociais de estudantes e professores, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem em uma escola pública. O resultado da pesquisa foi além, demonstrou que as relações sociais desses sujeitos não são elemento que define esse processo de aprendizagem, e sim o contrário. O processo de ensino e aprendizagem é que define as relações sociais de professores, estudantes e família.

Os professores com sua apreensão do processo educacional, por conta da formação acadêmica que tiveram e da vivência social e profissional, é a base definidora do mecanismo utilizado por eles, professores, para manter ou mudar a realidade educacional e social dos estudantes.

Procurou-se mostrar que o processo educacional está permeado por relações sociais, tanto no âmbito dos professores como dos estudantes e suas famílias.

A pesquisa não tem a pretensão de dar respostas, mas de levantar questionamentos sobre a vivência escolar de estudantes de uma escola pública de uma região periférica, da região metropolitana da capital do Estado de Goiás. Deixar questionamentos sobre o que se acredita ser uma das principais formas de mudança social, o processo educacional igualitário que assegura educação de qualidade é fundamento princípios de uma sociedade, com justiça social.

Os relatos, dos professores e das famílias, nos leva a pensar em possibilidades de trabalho que possam contribuir tanto na construção das relações sociais quanto no processo educacional, uma dessas propostas pode ser a inserção do Serviço Social nas escolas.

O Serviço Social na escola poderia ser uma alternativa na busca de aproximação da família com a escola, apresentando resultados tanto aos sujeitos do processo escolar como às famílias, desenvolvendo trabalhos tanto com as famílias quanto com os professores. Os professores têm atribuições distintas e não seria coerente cobrar deles que além de desenvolver suas atribuições acadêmicas tenham conhecimentos específicos que não são da sua área de atuação. Mesmo tendo disponibilidade de perceber as realidades dos estudantes seria muito complexo para o professor assumir as orientações sociais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11^o. ed. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 2006.

ARROYO, Miguel. *Ofício de Mestre. Imagens e autoimagens*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000

_____ *Currículo, territorial em disputa*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2^a Ed., 2011.

BARBOSA, Walmir. *Estado e poder político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social*. Goiânia. PUC Goiás, 2004

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BEZERRA, Cristina Simões. *A Construção da Concepção de Cultura em Antônio Gramsci: uma Análise da produção pré-carcere*. Artigo da Revista Praia Vermelha: UFRJ, Rio de Janeiro, 2010

BOA VENTURA, Maria Eugênia (org.), 22 por 22. *A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: EDUSP, 2000, p.108.

BOTTOMORE. Tom. *Dicionário do pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura/Brasiliense, 1985

BRASIL, *Constituição Federal*, 1988

_____ *Lei Diretrizes e Base da Educação*, 1934

_____ *Lei Diretriz e Base da Educação*, 1971

_____ *Lei Diretrizes e Base da Educação*, 1996.

_____ *Estatuto da Criança e Adolescente*, 1990

BORBA, Any. *Jardim Tiradentes, Município de Aparecida de Goiânia: Resposta de movimento sociais por moradia em Goiânia*. Monografia de conclusão de curso em Serviço Social, UCG, Goiânia, 2004.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. *A revolução das prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CASTEL, Roberto. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUI, Marilene “ideologia e educação” In: *Revista Educação e Sociedade*, São Paulo, ano II (5): 24-40, jan. 1980

CONH, Gabriel. *Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

CUNHA, L. *A educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Flexibilidade e avaliação na LDB*. In *Seminário o que muda na educação brasileira com a nova Lei de Diretrizes e Bases? Anais*. São Paulo, 1997. São Paulo, FIESP/SESI/SP/SENAI/SP, 1997, p. 13-31

DURKHEIM, E. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

_____. *Regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

DESSEN, Maria Auxiliadora. POLONIA, Ana da Costa. *Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola*. Artigo revista Psicologia escolar e educacional. UNB. Brasília, 2005

D'URSO. Luiz Flávio Borges. *A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA*. OAB/SP. http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2005/88/. Busca 22 de janeiro de 2012.

FOUCAULT. M. *Microfísica do Poder*. 4º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984

FREIRE. Paulo. *A importância do Ato de Ler*, São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Educação e poder, introdução pedagogia e conflito*. São Paulo: Cortez, 1983

GENTILLI, Pablo. *Cidadania Negada*, São Paulo: Cortez, 2001

GOHN, Maria da Gloria, *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. in: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> Acesso no dia 24 de junho de 2011

_____, *Educação não formal e educador social*. São Paulo: Cortez, 2006.

GONDRA, José Gonçalves (1988 a) *Conformando o discurso pedagógico a contribuição da medicina*, In: Faria Filho, Luciano Mendes (org.) Educação, modernidade e civilização. Belo Horizonte, Autentica, p35-71

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

YAZBEK, M. C. (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000. p. 17-50.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Educ. Soc., Campinas*, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul. - set. 2010 in. <http://www.cedes.unicamp.br> acesso no dia 14 de maio de 2011.

MARX, Karl. Friedrich Engels. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Nova Cultura, 1996

MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *Manifesto comunista*, São Paulo, Rock edition, 1999.

MEDEIROS, J. B. *Redação Científica*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social* (2 volumes). Introdução de W. J. Ashley; apresentação de Raul Ekerman; tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise crítica do serviço social no Brasil pós-64*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara, Amazoneida. *Marxismo e Política Social*. Brasília; Ícone, 2010.

PINO, Mauro Del. *Política educacional, emprego e exclusão social*. In A Cidadania Negada : *Política de exclusão na educação e no trabalho*. p.65-89.Cortez;São Paulo.2002

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *Fundamentos da Escola do Trabalho*.3ªed. São Paulo; Expressão Popular, 2 v 01.

POULANTZAS, Nicos. *O estado e o poder do socialismo*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2º Ed. 1985

Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento,2010
ROMANELLI , Otaíza de Oliveira . *História da educação no Brasil*. 25ª edição. Petrópolis: Vozes. 1991

SARUP, Madan. *Marxismo e Educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP Autores Associados, 2007

SILVA, João Carlos. *Escola Pública e classes sociais em Marx: alguns apontamentos*. Artigo: Revista Histedbr On-line p. 146-155, Campinas.2011

TEIXEIRA, Anísio. “*meia vitória, mas vitória*” Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, Vol. 35 n. 81. jan.-mar. 1962

TELLES, Vera da Silva. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. (Tese – doutorado em Sociologia da USP). São Paulo, Departamento de Sociologia da USP/FFLCH, 1992.

_____. *Direitos sociais: afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999.

YUNES, Maria Angela Mattos . *Psicologia e resiliência: Foco no Indivíduo e na família*, [WWW.scielo.br/PDF](http://www.scielo.br/PDF). novembro de 2012.

SITES DE PESQUISA

IBGE: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>

MEC: <http://portal.mec.gov.br>

Revista Pedagogia em Foco: www.pedagogiaemfoco.pro.br

Portal de periódicos da CAPES; www.periodicos.capes.gov.br

Revista Comprimido: sua dose diária de contrainformação :<http://ocomprimido.tdvproducoes.com> /2009/06/linha-do-tempo-história-da-educacao-no-brasil/

BELLO, José Luiz de Paiva. *Educação no Brasil, a História das Rupturas*. 2001

BRASIL, Constituição Federal de 1934, Brasília: Congresso Federal, 1934.

BRASIL. Constituição Federal de 1971, Brasília: Congresso Federal, 1971.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, Brasília: Congresso Federal, 1988.

VILELA, Thiago Dutra. *História da Educação no Brasil – Linha do tempo* <http://ocomprimido.tdvproducoes.com/2009/06/linha-do-tempo-história-da-educacao-no-brasil/> dia 26 de junho de 2011

ARAGÃO, Daniel Mauricio. **A Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD) e o observatório DESC Mercosul como espaços de ação cidadã frente aos acordos de livre comércio no âmbito regional e sub-regional**. FDCL -Forschungs- und Dokumentationszentrum Chile - Lateinamerika e.V., Berlin. 2011

Fonte: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/1900996-durkheim-educa%C3%A7%C3%A3o/#ixzz22X4TGqCD>
<http://www.dicionarioinformal.com.br/resili%C3%Aancia/>

ANEXOS



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
TERMO CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO
DA PESQUISA

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), na pesquisa *Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB*, realizada pela Mestranda Any Patrícia Borba, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Conceição Sarmiento Padial Machado .

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, permito que esses dados possam ser utilizados na dissertação de mestrado e/ou trabalhos científicos. No caso de aceitar fazer parte deste estudo, por favor, assine ao final desse documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Se você concordar em participar da pesquisa poderá sair da mesma a qualquer momento, que desejar..

Se houver situação de constrangimento durante a pesquisa a situação será sanada da melhor forma possível, e se for necessário, o entrevistado será encaminhado para atendimento psicológico ou médico sem nenhum custo para o colaborador no CRAS do bairro Nova Cidade em Aparecida de Goiânia ou ao posto de saúde do Bairro Madre Germana I.

Em caso de dúvida você poderá contatar com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo telefone (62)3946-1512 , e/ou no Núcleo de Pesquisa Serviço Social. fone:(62)3946-1237.

Assinatura do sujeito participante



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

**TERMO CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO
DA PESQUISA: Direitos sociais das crianças e adolescentes na rede de
educação Estadual e Municipal de Aparecida de Goiânia.**

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título: Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB.

Pesquisadora Responsável: Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Conceição Padial Sarmiento Machado

Telefone para contato: (62)3946.1237

Pesquisadora Mestranda : Any Patrícia Borba - Assistente Social

Telefones para contato:(62) 3518 4009 ou (62) 96838211

A pesquisa tem como justificativa que a escola é um espaço de constituição de relações sociais, constituídas historicamente nas diferentes necessidades sociais, (Frigotto,2003). Neste sentido essa pesquisa pretende levantar as contradições nas relações sociais constituídas entre professores e estudantes, famílias, funcionários, gestores e diretores das escolas públicas. E levantar as contradições dessas relações e como estas, podem interferir no processo de ensino e aprendizagem.

O objetivo desta pesquisa é: *Conhecer como foram constituídos e como são assegurados os direitos sociais as crianças e adolescentes matriculados no ensino fundamental e médio da rede educacional estadual do município de Aparecida de Goiânia e como são estabelecidas as relações sociais entre esses sujeitos sociais.*

Desta forma, os dados serão coletados, por meio da pesquisa e observação participante, com autorização do sujeito participante e sem identificação

do entrevistado. Esses serão utilizados somente para fins de pesquisa e após a transcrição as fitas serão arquivadas sob a responsabilidade da pesquisadora durante cinco anos e depois doadas ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Estado, Sociedade e Cidadania (NUPESC) da PUC Goiás. O entrevistado permitirá que esses dados possam ser utilizados na dissertação de mestrado e/ou trabalhos científicos.

Serão evitados qualquer tipo de desconforto ou riscos, físicos, psicológicos ou sociais. Se caso acontecer qualquer tipo de desconforto ou risco psicológico, físico, social a entrevistador assumirá plena responsabilidade em sanar de maneira mais rápida possível sem provocar danos aos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa pretende levantar as contradições existentes nas relações sociais constituídas no espaço escolar, com objetivo de trazer uma reflexão sobre as relações entre dificuldades educacionais e relações sociais constituídas. O que poderá contribuir para proposta pedagógica das escolas públicas municipais e estaduais.

Se houver situação de constrangimento durante a pesquisa a situação será sanada da melhor forma possível, e se for necessário, o entrevistado será encaminhado para atendimento psicológico ou médico sem nenhum custo para o colaborador no CRAS do bairro Nova Cidade em Aparecida de Goiânia ou ao posto de saúde do Bairro Madre Germana I, ambos são as unidade mais próximas do Colégio João Babosa Reis, onde acontecerá a pesquisa.

Esta pesquisa será realizada nos mês de dezembro de 2011, o entrevistado não terá nenhum custo e nenhum lucro financeiro, porém será ressarcido ou indenizado caso tenha algum tipo de dano psicológico, social, físico ou financeiro. O ressarcimento ou indenização será pago pela pesquisadora em espécie ou atendimento medico ou psicológico,.

O entrevistado é livre para se retirar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo. As informações coletadas durante a pesquisa só serão utilizadas na dissertação de Mestrado ou artigo científico, como subsidio na elaboração da dissertação da mestrande Any Patrícia Borba caso os participar da pesquisa permitirem.

Todos os procedimentos da pesquisa serão explicados de forma simples e clara para os sujeitos da pesquisa, de forma que eles tenham total conhecimento do procedimento e possam concordar ou discordar da participação na pesquisa. Sendo

que, iniciada a pesquisa, os sujeitos da pesquisa poderão interromper a pesquisa a qualquer momento para esclarecimentos.

Todos os sujeitos da pesquisa terão suas identidades devidamente mantidas sob sigilo, com o intuito de garantir a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Como previsto na Resolução 196/96 no Capítulo V.6

“Os sujeitos de pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além de direito à assistência integral, tem direito a indenização”.

Aparecida de Goiânia, 2011



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, _____ responsável pela criança ou adolescente, matriculado na instituição educacional: _____

_____: _____, abaixo assinado, concordo em permitir que ele possa participar da pesquisa: Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB, como responsável por esse sujeito, permito que esses dados possam ser utilizados na dissertação de mestrado e/ou trabalhos científicos. Ainda asseguro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Any Patrícia Borba sobre o referido assunto, os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes dessa participação. Foi-me garantido ainda, que posso retirar esse consentimento a qualquer momento.

Aparecida de Goiânia , ____ de _____ de 2011.

Assinatura do responsável pela criança ou adolescente



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, _____ professor(a)
a) do Colégio Estadual João Barbosa Reis, baixo assinado, concordo em participar da pesquisa: *Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB*, como entrevistado(a), permito que esses dados possam ser utilizados na dissertação de mestrado e/ou trabalhos científicos. Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Any Patrícia Borba, sobre o referido assunto, os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Aparecida de Goiânia , ____ de _____ de 2011.

Assinatura



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, _____
_____ estudante matriculado (a) no ensino fundamental do Colégio Estadual João
Barbosa Reis , tenho como
responsável: _____

___que previamente assinara a autorização para esta pesquisa. Abaixo assino,
concordo em participar da pesquisa *Relações sociais educativas em instituição de
ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa
Reis 15 anos após a última LDB*, como entrevistado(a), fui devidamente
informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Any Patrícia Borba, sobre o
referido assunto, os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e
benefícios decorrentes de minha participação. Permito que esses dados possam ser
utilizados na dissertação de mestrado e/ou trabalhos de cunho científico. Foi-me
garantido ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Aparecida de Goiânia , ____ de _____ de 2011.

Assinatura



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, _____
estudante matriculado (a) no colégio João Barbosa Reis Estudante do Ensino Médio abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa *Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB.* como entrevistado(a), fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Any Patrícia Borba, sobre o referido assunto, os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Permito que esses dados possam ser utilizados na dissertação de mestrado e/ou trabalhos de cunho científico. Foi-me garantido ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Aparecida de Goiânia , ____ de _____ de 2011.

Assinatura



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu _____

RGnº _____ CPF: _____ abaixo

assinado, concordo em participar do pesquisa *Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB.* como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisadora Any Patrícia Borba Vieira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi a mim garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isso leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Aparecida de Goiânia, _____ / _____ / _____

Nome do sujeito ou responsável _____

 Assinatura do sujeito ou responsável



Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa *Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB*, sob a coordenação Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social da PUC Goiás, aceite do sujeito em participar. Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Observações

complementares:



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Roteiro da entrevista semi-estruturada com estudantes, e familiares dos estudantes do Colégio Estadual João Barbosa Reis e em Aparecida de Goiânia, para a Pesquisa: *Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB.*

Pergunta direcionada para: () estudante; () familiar

Identificação:

Nome:

Sexo:

Idade:

Tempo nessa escola:

Profissão / ocupação / vínculo:

Tempo no local de trabalho:

Tempo nessa função:

Local de moradia:

Tempo de moradia em Aparecida Goiânia:

Origem Estado/cidade:

Tempo de moradia neste bairro:

Composição familiar:

Idade do/s responsável/is

Escolaridade do/s responsável/is

Entrevista:

1-Como é Projeto Político Pedagógico da escola?

2-Como é o espaço físico da escola?

3- Como é a integração entre os estudantes, professores, as famílias e a comunidade?

4-Existe alguma atividades que é realizado na escola que envolve as turmas, a escola, a família e a comunidade?

5- quais os mementos de maior integração escola e a família?

6-Com relação a ensino e aprendizagem o deve ser modificado?

7-Com relação a ensino e aprendizagem o deve ser mantido?

8-A educação contribui para a constituição das relações sociais?



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Roteiro da entrevista semi-estruturada com , professores, gestores, funcionários e do Colégio Estadual João Barbosa Reis e em Aparecida de Goiânia, para a Pesquisa: *Relações sociais educativas em instituição de ensino: um estudo com a comunidade escolar do Colégio Estadual João Barbosa Reis 15 anos após a última LDB.*

Pergunta direcionada para: () professores; () diretores

Identificação:

Nome:

Sexo:

Idade:

Tempo nessa escola:

Profissão:

função:

Tempo nessa função:

Local de moradia:

Origem Estado/cidade:

Trabalha em outra escola

Entrevista:

1-Como é Projeto Político Pedagógico da escola?

2-Como é o espaço físico da escola?

3- Como é a integração entre os estudantes, professores, as famílias e a comunidade?

4-Existe alguma atividades que é realizado na escola que envolve as turmas, a escola, a família e a comunidade?

5- quais os mementos de maior integração escola e a família?

6-Com relação a ensino e aprendizagem o deve ser modificado?

7-Com relação a ensino e aprendizagem o deve ser mantido?

8-Como é a relação social entre professores, comunidade, e estudante?

9-A educação contribui para a constituição das relações sociais?



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Roteiro da entrevista semi-estruturada com estudantes, professores, gestores, funcionários e familiares dos estudantes do Colégio Estadual João Barbosa Reis e Escola Municipal Jardim dos Ipês em Aparecida de Goiânia, para a Pesquisa: *Direitos sociais das crianças e adolescentes na rede de educação Estadual e Municipal de Aparecida de Goiânia.*

Pergunta direcionada para Gestores: () Municipal () Estadual

Identificação:

Nome:

Sexo:

Idade:

Profissão:

função:

Tempo nessa

função:

Local de moradia:

Origem Estado/cidade:

Entrevista:

1-Como é Projeto Político Pedagógico da escola?

2-Como é o espaço físico da escola?

3- Como é a integração entre os estudantes, professores, as famílias e a comunidade?

4-Com relação a ensino e aprendizagem o deve ser modificado?

5-Com relação a ensino e aprendizagem o deve ser mantido?

6- Como se configura a relação social entre professores, comunidade, e estudante?

7- Qual a concepção de educação que orienta a sua gestão ?

8- a educação contribui para a constituição das relações sociais?



Declaração do órgão que se compromete a realizar atendimento psicológico

DECLARAÇÃO

Declaro junto a Pontifícia Universidade Católica de Goiás que, caso seja necessário e dentro das possibilidades de atendimento psicológico e social, as Unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Bairro Nova Cidade, local será realizado a entrevista, atenderão os participantes da pesquisa *Direitos sociais das crianças e adolescentes na rede de educação Estadual e Municipal de Aparecida de Goiânia*. Essa pesquisa será realizada pela, mestranda Any Patrícia Borba do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - matrícula 2010.1.098.001.0005, orientanda da Prof^a. Dr^a. Regina Sueli de Sousa.

Assinatura



**Declaração da Unidade de Saúde Madre Germana para realizar
atendimento médico**

DECLARAÇÃO

Declaro junto a Pontifícia Universidade Católica de Goiás que, caso seja necessário e dentro das possibilidades de atendimento médico, da Unidade de Saúde Madre Germana próximo do Colégio Estadual João Barbosa Reis, e da Escola Municipal Jardim dos Ipês, em atender os participantes da pesquisa, *Direitos sociais das crianças e adolescentes na rede de educação Estadual e Municipal de Aparecida de Goiânia*, que será realizada pela mestranda Any Patrícia Borba do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - matrícula 2010.1.098.001.0005, orientanda da Prof^a. Dr^a. Regina Sueli Sousa.

Assinatura